



Mensal | Março 2015 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 191



🌀 MATOSINHOS

CSP PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Novo lar abre portas
até junho



🌀 SANTARÉM

FUNDAÇÃO LUIZA ANDALUZ

Fazer das
utentes
«grandes
mulheres»



🌀 ALCOCHETE

CS S. BRÁS DO SAMOUÇO

À espera
do Fundo
de Socorro
Social



CONSELHO GERAL

Festa da Solidariedade 2015 será em Évora



Relatório de atividades de Fevereiro

No dia 4 de Fevereiro, no arquipélago da Madeira, realizou-se uma ação sobre "Avaliação de Desempenho" promovida pela CNIS e a UIPSS-Madeira.

No dia 5 de Fevereiro, na sede do MCESS, decorreu a nona reunião Plenária do CNES onde foram abordados, entre outros assuntos, a apresentação sobre o PO ISE e o papel dos PORs no apoio à economia social, a apresentação do ponto da situação das propostas legislativas referentes à economia social e reuniões bilaterais mantidas pelo Sr. Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social com as estruturas representativas do sector. A CNIS fez-se representar por João Carlos Dias.

No dia 6 de Fevereiro, em Fátima,

decorreu a primeira reunião de Direção após o ato eleitoral, onde foram abordados, entre outros assuntos: Plano de atividades; Distribuição de Pelouros / Representações; Organização de Serviços; Plano anual de reuniões da Direção, Conselho Geral e Assembleia Geral. Foram convidados para esta reunião, os presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.

No dia 17 de Fevereiro, no edifício sede da CCDR Algarve, Faro, decorreu a cerimónia da tomada de posse da Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. A CNIS esteve presente na pessoa do vogal da Direção, Engº Macário Correia.

No dia 21 de Fevereiro celebrou-se o 20º

aniversário da CELIUM – Ceira. O aniversário foi comemorado com uma Assembleia Geral evocativa que terminou com um lanche e um "Porto de Honra".

A 22 de Fevereiro, a Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira comemorou o 75º aniversário. Na Sessão Solene houve concertos de coro e da banda filarmónica e lanche-convívio. A CNIS esteve presente na pessoa do membro do Conselho Fiscal, Eduardo Mourinha.

No dia 23 de Fevereiro decorreu a cerimónia pública de entrega do prémio "Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2014".

No dia 23 de Fevereiro teve lugar a 120.ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Educação. Nesta reunião, os Secretários de

Estado do Desenvolvimento Regional e do Ensino Básico e Secundário, fizeram intervenções sobre os programas nacionais e regionais da educação e formação a desenvolver no âmbito do POCH. Fez ainda parte da ordem de trabalhos a discussão/análise da Lei Orgânica do Conselho Nacional de Educação, principais alterações e o seu significado.

No dia 24 de Fevereiro teve lugar a reunião entre a CNIS e a FEPCES. A CNIS esteve representada por João Carlos Dias, José Casaleiro e Henrique Rodrigues.

No dia 27 de Fevereiro decorreu a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2015-2018 do Centro Social S. Miguel de Arcozelo em Vila Nova de Gaia.

URIPSS-ALGARVE

Eleitos Órgãos Sociais para o quadriénio 2015-2018

No dia 7 de Fevereiro foi realizado o ato eleitoral seguido da tomada de posse, para os Órgãos Sociais da URIPSS-Algarve. Para o quadriénio 2015-2018, ficam assim constituídos os Órgãos Sociais da URIPSS:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: António Francisco Pina – ACASO, Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão; **1º Secretário:** Mª Filomena Rosa - Associação de Proteção à Rapariga e à Família (Faro); **2º Secretário:** Mário Alberto Lélis da Cruz - Casa Nossa Senhora da Conceição (Portimão)

DIRECÇÃO

Presidente: José António Carreiro - Centro Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (Lagos), **Vice-Presidente:**

António da Conceição Barão - Instituto D. Francisco Gomes (Faro); **Secretário:** António Manuel de Oliveira Soares - CASCD de Faro; **Tesoureiro:** José Carlos de Sousa Araújo - Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines

Vogal: Maria de Fátima Silva Moreira - Obra Nossa Senhora das Candeias (Olhão); **1º Vogal suplente:** Jorge Manuel Faísca Renda - Associação Social e Cultural de Tor (Loulé); **2º Vogal suplente:** José Mª Bernardo - Centro Social Paroquial Comunidade Cristã S.Luís (Faro)

CONSELHO FISCAL

Presidente: António Justo Lima Mendes – ARPI (Faro); **1º Vogal:** Ana Bela Quintas Guerreiro Moleiro - Provetus (Faro); **2º Vogal:** Almerindo Fantasia de Sousa - Casa de Santa Isabel (Faro)

UDIPSS-ÉVORA

Ato eleitoral e tomada de posse dos Órgãos Sociais

No dia 7 de Fevereiro decorreu o ato eleitoral seguido da tomada de posse, para os Órgãos Sociais da UDIPSS-Évora. Para o quadriénio 2015-2018, ficam assim constituídos os Órgãos Sociais da UDIPSS:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eduardo José Carrilho Capão - Santa Casa da Misericórdia de Cabrela; **Secretário:** Ana Cristina C. Esteves Pinto - Centro Infantil de Nª Sª da Saúde de Redondo; **Secretário:** Carlos Alberto B. Elias - Cáritas Paroquial de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa

DIRECÇÃO

Presidente: Tiago José Mendes Abalroado, Unidade-Assoc.Desenv. da Economia Social; **Vice-Presidente:**

Teresa Maria da Cruz Costa Pereira, Obra de São José Operário

Secretário: Luís Delgadinho Oliveira Rodrigues, Cáritas Arquidiocesana de Évora; **Tesoureiro:** Ruben Miguel A.Ribeiro, Unidade – Assoc. Desenvolvimento da Economia Social; **Vogal:** Maria Filomena Talhinhas - Cáritas Paroquial de Nª Sª da Conceição de Vila Viçosa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Elisabete Jesus Roque - Associação Reformados, Pens. e Idosos de Évora; **Vogal:** José Alberto Viegas Oliveira - Associação de Reabilitação, A. Solidariedade Social; **Vogal:** Fernando Fernandez Arguelles Martins Gil - Centro Social Paroquial de Alandroal

ENCONTROS APRESENTAÇÃO

Protocolo de Cooperação 2015/16

Circulares 4 e 5

Dec. Lei nº 172- A/2014

Coimbra: 5 Março (10:00 - 13:30)

Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura, da Câmara Municipal de Coimbra

Vila Real: 12 Março (10:30-14:00)

Auditório de Geociências, Quinta de Prados, Campus da UTAD, Edifício Geociências

Évora: 26 Março (14:30-18:00)

Auditório da DGEstE, no edifício sede do CDSS, Rua Ferragial do Poço Novo, 22



E siga-nos também em:

www.solidariedade.pt

facebook



www.facebook.com/jornal.solidariedade



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

No Ano Europeu para o Desenvolvimento

1. Por decisão do Parlamento e do Conselho Europeu e com o lema "o nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro", 2015 é o "Ano Europeu para o Desenvolvimento". Tem como objetivos: informar sobre a cooperação para o desenvolvimento da União e dos respetivos Estados-Membros; fomentar a participação direta, o pensamento crítico e o interesse ativo na cooperação para o desenvolvimento, inclusive na formulação e execução das respetivas políticas; sensibilizar para os benefícios decorrentes da política de cooperação não apenas para os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento da União mas também para os cidadãos.

2. O "Ano Europeu para o Desenvolvimento" decorre quando já se sabe que, no próximo ano, metade da riqueza mundial estará nas mãos de cerca de 1% da população. É um número impressionante e que mostra como há muita coisa

errada na distribuição da riqueza. Poucos com muito e muitos com pouco ou sem nada. É certo que a existência de quem cria riqueza é decisiva para o desenvolvimento, através da criação de emprego em larga escala, mas como se pode combater a pobreza e as desigualdades (mais de mil milhões vivem com pouco mais de um euro por dia) se, no final, grande parte do "bolo" fica nas mãos de poucos, alguns dos quais provavelmente à revelia do bem comum?

Os cultores da ciência económica, os operadores do setor e os responsáveis políticos devem advertir para a urgência de se repensar a economia, considerando, por um lado, a dramática pobreza mundial de milhões de pessoas e, por outro, o facto de que as atuais estruturas económicas, sociais e culturais sentem dificuldade em assumir as exigências de um autêntico progresso. As legítimas exigências de eficiência económica deverão ser mais harmonizadas com as exigências da verdade,

da participação política e da justiça social. Em concreto, isto significa tecer de solidariedade as redes das interdependências económicas, políticas e sociais, que os processos de globalização em curso tendem a acrescentar.

3. Neste esforço de repensamento, que se perfila articulado e tende a incidir nas conceções da realidade económica importa ter presente aquele princípio segundo o qual os bens são bem quando ao serviço da pessoa toda e do maior número possível de pessoas. É também preciosa a cultura de uma verdadeira "civilização do amor" em que o imperativo do dom poderá levar a uma forma de vida assente e orientada para a verdadeira esperança. Civilização onde mais que querer ter um lugar, sobressai o querer ser e o procurar ser o lugar onde cada um se poderá encontrar consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Será sempre uma civilização do

bem maior, para o qual são orientadas vontades e bens, capacidades e dons.

Construir e contribuir para uma civilização do amor para o "Desenvolvimento do nosso Mundo, da nossa Dignidade e do nosso Futuro", implica audácia e capacidade de robustecer uma vivência do Encontro (como lembra o papa Francisco na *Evangelii Gaudium*). Vivência onde todos se reconhecem igualmente dignos, mas diferentemente capazes de sonhar e realizar as condições de vida que da relação leve à comunhão.

Assim se constrói uma sociedade onde o desenvolvimento coletivo se manifesta no crescimento de cada um e de todos e em que o desenvolvimento pessoal faz sentido, por ser parte de um desenvolvimento coletivo assente na justiça e na verdadeira solidariedade (aquela que solidifica a fraternidade), que não sinta vergonha em partilhar para assistir aqueles que mais necessitam, mas sempre na senda da plenitude da Pessoa toda e de todas as Pessoas.

Foto: D.R.



PRÉMIOS ANTÓNIO SÉRGIO 2014

Cresaçor e Cooperativa Fruta Feia recebem prémio Inovação e Sustentabilidade



A Cresaçor -- Cooperativa Regional de Economia Solidária e a cooperativa Fruta Feia são os vencedores da categoria Inovação e Sustentabilidade do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2014, que vão ser hoje entregues.

O Prémio António Sérgio é atribuído anualmente, desde 2012, pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), com vista a “homenagear as pessoas singulares e coletivas que mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a economia social”.

Este ano, e contrariamente ao que se passou nas edições anteriores, o prémio é atribuído em quatro categorias: Inovação e Sustentabilidade, Estudos e Investigação, Formação pós-graduada e Trabalhos Escolares, tal como é explicado no site da CASES.

Na primeira categoria, o prémio foi atribuído ex-aequo à Cresaçor e à Fruta Feia. A primeira pelo projeto Açores+, pensado para apoiar a comercialização de produtos e serviços com origem na economia solidária dos Açores, e a segunda por reduzir o desperdício alimentar, aproveitando os produtos hortofrutícolas normalmente desperdiçados por causa do seu aspeto.

Na categoria Estudos e Investigação, o júri decidiu premiar o trabalho da Cáritas Portuguesa sobre “Estratégia para a promoção do emprego e dinamização do desenvolvimento local enquanto esteios de inclusão social”, que visa contribuir para o emprego e a dinamização do desenvolvimento local.

Foi também distinguido o curso de pós-graduação em Economia Social – Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade, da Faculdade de

Economia da Universidade de Coimbra, na categoria Formação Pós-Graduada.

Por último, na categoria Trabalhos Escolares, a CASES resolveu distinguir a Escola Profissional Mariana Seixas, em Viseu, pelos vários “projetos empreendedores, inovadores, sustentáveis e com responsabilidade social, que envolveram os alunos ao longo do ano”.

Em causa projetos nas áreas da Ciência, Tecnologia ou Inovação Social, como o ‘SmartGear’ -- casaco inteligente para bombeiros ou o ‘WatterSaver’ -- sistema de poupança de água potável.

A cerimónia de entrega dos prémios conta com a presença do ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), Pedro Mota Soares, e decorre na antiga Igreja de São Julião, em Lisboa.

O homem que dá nome ao prémio,

António Sérgio, foi um pensador, pedagogo e político português que viveu entre 1883 e 1969.

Nasceu em Damão, antiga Índia Portuguesa, foi ministro da Instrução Pública na Primeira República, tendo vivido no exílio, em Paris, entre 1926 e 1933.

Regressou a Portugal em 1933, altura em que se torna um dos principais defensores do movimento cooperativista e do socialismo democrático.

Segundo o site da CASES, “o nome de António Sérgio foi dado ao Instituto Cooperativo criado pelo 1º Governo Constitucional e está hoje ligado à Cooperativa de Interesse Público que o substituiu para abarcar cooperativas e realidades associativas que sempre foram seus “compagnons de route”, o que hoje se designa por Economia social”.

UDIPSS SANTARÉM

Março é mês de MAIS formação

MAIS inovação social, MAIS sustentabilidade, MAIS competências, MAIS formação dinâmica e com equivalência a formação pós-graduada, MAIS instrumentos práticos prontos a aplicar na organização, MAIS resultados decorrentes de um processo de aprendizagem co-construído, MAIS impacto social e MAIS contactos com executivos seniores do Setor Social é a proposta do Programa MAIS – Melhor Ação e Inovação Social. Nesse sentido, em Santarém, irão decorrer um conjunto de ações de formação e consultoria para a sustentabilidade, destinada a executivos do Setor Social e cujas inscrições decorreram até ao passado dia 27 de Fevereiro.

A formação tem uma carga horária semanal de oito horas (sextas-feiras das 14h00 às 18h00 e aos sábados das 9h30 às 13h30), e decorrerá, sob orientação do

formador João Pinto, nos dias 13, 14, 20, 21, 27 e 28 de março e ainda 10 de abril de 2015, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Na formação a sustentabilidade económica é apresentada enquanto cumprimento das respetivas funções económicas: (1) eficiência na utilização dos recursos; (2) equidade, ou seja, eficácia no cumprimento da sua missão social.

Serão propostas diversas estratégias de utilização de recursos humanos, financeiros e sociais. Serão abordadas as temáticas da avaliação de investimentos e da decisão de financiamento. Serão também abordadas as estratégias e instrumentos essenciais de gestão de tesouraria e a importância deste recurso para a boa gestão e a sustentabilidade financeira das organizações.

UDIPSS AVEIRO

II Encontro Distrital de IPSS regista grande adesão

Realizou-se no passado dia 4 de Fevereiro, o II Encontro Distrital de IPSS Aveiro, que teve lugar no Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, em Oliveira do Bairro.

A reunião teve organização da Comissão Distrital de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação, constituída pelo Centro Distrital de Aveiro do ISS, UDIPSS de Aveiro, Delegação de Aveiro da União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas.

Marcaram presença na iniciativa mais de 500 pessoas, entre dirigentes e técnicos de instituições de solidariedade, na sua esmagadora maioria associadas da UDIPSS Aveiro, e ainda representantes de instituições de

outros distritos, designadamente de IPSS de Vila Nova de Gaia e de Seia.

O II Encontro de IPSS de Aveiro teve como objectivos abordar o Compromisso de Cooperação 2015-2016 e as novas Orientações Técnicas (Circulares n.º 4 e n.º 5) da Direção-Geral de Solidariedade e Segurança Social.

No final do dia de debate, os dirigentes do Centro Distrital de Aveiro da Segurança Social recolheu 27 páginas de questões colocadas pelos representantes das IPSS presentes. Atendendo ao sucesso que os encontros distritais de IPSS têm registado, ficou prevista para os próximos meses a realização de uma terceira reunião.

GRUPO DE TRABALHO VAI REVER ESTATUTOS DA CNIS

Festa da Solidariedade 2015 será em Évora

O primeiro Conselho Geral de 2015, no qual já teve assento a nova Direção da CNIS, decorreu em Fátima e prolongou-se por toda a tarde do dia 4 de Março, com a discussão de diversos assuntos.

Entre os diversos assuntos tratados, destaque para a constituição de um grupo de trabalho que preparará a revisão dos estatutos da Confederação. O grupo de trabalho é constituído pelo padre Lino Maia (presidente da CNIS), José Carlos Batalha (UDIPSS Lisboa), José Baptista (UDIPSS Porto), Fernando Sousa (UDIPSS Setúbal), Manuel Lomba (UDIPSS Braga) e ainda Gil Tavares (Federação Paralisia Cerebral).

Outra decisão tomada pelos conselheiros foi a aprovação da candidatura da UDIPSS de Évora à organização da Festa da Solidariedade de 2015, que assim, depois do Porto, ruma ao Alentejo.

Num Conselho Geral muito participado, com praticamente todas as associadas intermédias presentes, os conselheiros aprovaram ainda a itinerância das reuniões do órgão consultivo da Direção, ficando agendada a próxima para Setúbal, dia 22 de junho, e a última do ano para Viana do Castelo, no dia 26 de outubro. A nova sede da CNIS ficou reservada para os Conselhos Gerais extraordinários.

Foi ainda designado Eduardo Mourinha para o cargo de secretário do Conselho Geral, sucedendo no cargo a José Carreiro.

Na reunião foram ainda apresentados o Relatório de Atividades e as Contas de 2014, a avaliação externa ao projeto FAS3 e ainda o que foi designado de «compromissos do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2015-2016».



FÁTIMA

Primeira reunião da nova direção da CNIS



A nova Direção da CNIS reuniu-se pela primeira vez, no passado dia 6 de fevereiro, em Fátima, e a atribuição de pelouros aos seus membros foi o principal ponto da ordem de trabalhos. À exceção de Maria de Lurdes Pombo, todos os demais elementos estiveram presentes, como ainda, a convite do presidente padre Lino Maia, Manuela Mendonça,

presidente da Mesa da Assembleia Geral, e Carlos Lacerda Pais, presidente do Conselho Fiscal.

Neste encontro foram ainda abordados, entre outros assuntos, o plano de atividades; a política de representações da Confederação; a organização de serviços; o plano anual de reuniões da Direção, Conselho Geral e Assembleia Geral.



CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Centro Pastoral Paulo VI, Salão do Bom Pastor, no próximo dia 14 de Março de 2015, pelas 9h45, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do Relatório de Atividades e Contas de 2014;
2. Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do ano 2014 (artº 46º, nº 1, al. e));
3. Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2014;
4. Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do Artigo 31º.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Profª Doutora Manuela Mendonça)

Porto e Sede da CNIS, 23 de Fevereiro de 2015

FUNDAÇÃO LUIZA ANDALUZ, SANTARÉM

Nove décadas a acolher meninas desprotegidas



São 90 anos de história ao serviço de crianças e jovens do sexo feminino cuja vida as privou da família, permanente ou temporariamente.

Atualmente, a Fundação Luiza Andaluz, de Santarém, acolhe 20 jovens, dos oito aos 18 anos, mas já foram meia centena. Hoje, o retrato das crianças acolhidas é muito diferente do que foi ao longo da maioria do quase século de existência da instituição.

“Temos acordo de cooperação para 30 meninas, mas neste momento são apenas 20. Isto deve-se também às novas políticas, como do RSI e outras, mas não significa nada. Quem nos aparece aqui são jovens já com 14, 15 e 16 anos, ou seja, há um problema qualquer em que os pais não as conseguem controlar. Este é o principal problema dos dias de hoje. Já não são tanto as famílias disfuncionais, se bem que isso está sempre na base, mas é mais a dificuldade em educá-las. Não o fizeram quando elas eram pequenas e agora não conseguem impor-lhes regras”, sustenta Catarina Marcelino, diretora-técnica da instituição, argumentando: “Elas vêm para aqui, essencialmente, para aprender regras e para estudar e em alguns casos são elas próprias que se dirigem às comissões a solicitar o internamento nas instituições. Percebem que a sua vida com a família não é a melhor nem aquilo que elas querem”.

A diretora-técnica, educadora de infância de formação, acrescenta que “não é pela carência material” que as raparigas vão para a instituição, “mas pela carência de valores”.

“Algumas vêm também por carências económicas que leva à disfuncionalidade e a outros problemas, mas a maioria das meninas que aqui recebemos não tem nada que ver com problemas económicos”,

afirma a técnica, identificando os principais problemas das jovens que ali acolhem: “A vivência que elas trazem a todos os níveis, de quem não tem limites e vive ao sabor das suas vontades... Não têm regras. Não havendo limites há sempre uma insatisfação que não se tapa. Elas chegam aqui com os seus vícios, como de fumar, de ter muitos namorados, não terem respeito pelas regras... Mas é engraçado, porque ao fim de 15 dias, começamos a notar a diferença e algumas delas reconhecem que o facto de terem regras é algo que as estabiliza. Sabem o que vem a seguir e não estão sempre a viver no suspense. São meninas com mais conhecimento da vida, que já sabem reclamar os seus direitos, antigamente não era tanto assim, e são mais revoltadas. Antigamente as meninas aceitavam mais porque viam que precisavam, algumas destas não entendem o porquê”.

E se é certo que a adolescência é reconhecidamente uma fase da vida de grandes atribuições, para Catarina Marcelino isso não pode desculpar tudo.

“A adolescência é um conceito relativamente recente e faz com que justifique tudo, mas, para mim, não justifica tudo... A adolescência vivida numa família disfuncional o problema cresce, mas também temos aqui garotas que são de famílias média-alta”, refere a diretora-técnica, acrescentando: “Este é um trabalho que tem vindo a sofrer grandes mudanças, o mundo pula e avança, as políticas mudam, tudo está em mudança e nós temos vindo, gradualmente, a adaptá-los à mudança. Quando aqui entrei, há 12 anos, a maioria das utentes eram crianças pequeninas e tínhamos as grandes que já cá estavam desde pequenas. Neste momento, isso mudou, não temos crianças pequenas

e, pelos vistos, nem grandes... Quem está por dentro disto, os governantes e demais pessoas ligadas a esta área, percebe que quando dizemos que temos 20 meninas isso equivale a 40, porque as problemáticas que elas trazem são realmente assustadoras. É quase preciso uma pessoa para cada uma delas. Embora continue a acreditar que temos aqui uma luzinha que nos ajuda bastante”.

Das 20 meninas que acolhe neste momento, há uma que é efetivamente crianças, com oito anos, mas as demais são jovens adolescentes. Isto significa que não são tanto as carências económicas que as levam até à instituição, apesar da crise que o País tem atravessado, mas outras problemáticas, como explica Catarina Marcelino: “A crise agudizou as problemáticas, mas ultimamente muitas destas meninas chegam aqui com bons telemóveis, ténis de marca, portanto, não têm falta de coisas... Elas têm tudo, mas não dão valor a nada. O que é efetivamente necessário é trabalhar com elas o ser, porque o ter elas têm. E o ser trabalha-se com muita dificuldade. Uma criança que não tem regras nenhuma, que come o que quer, às horas que quer, chega aqui tem o seu gel de banho, o champô, tem isto e tem aquilo, ao fim de um mês é uma burguesa, que já não gosta disto, nem daquilo e já exige. E depois questiono-me quando vão lá para fora o que é que levam daqui, porque vão voltar para o meio onde viviam. A maioria delas, graças a Deus, saem com os valores desta casa, que são os da solidariedade, respeito pelo outro, saber pensar e, no fundo, que sejam grandes mulheres”.

Assim, o trabalho da instituição vai no sentido de lhes fornecer ferramentas com que elas se possam fazer à vida e vencer.

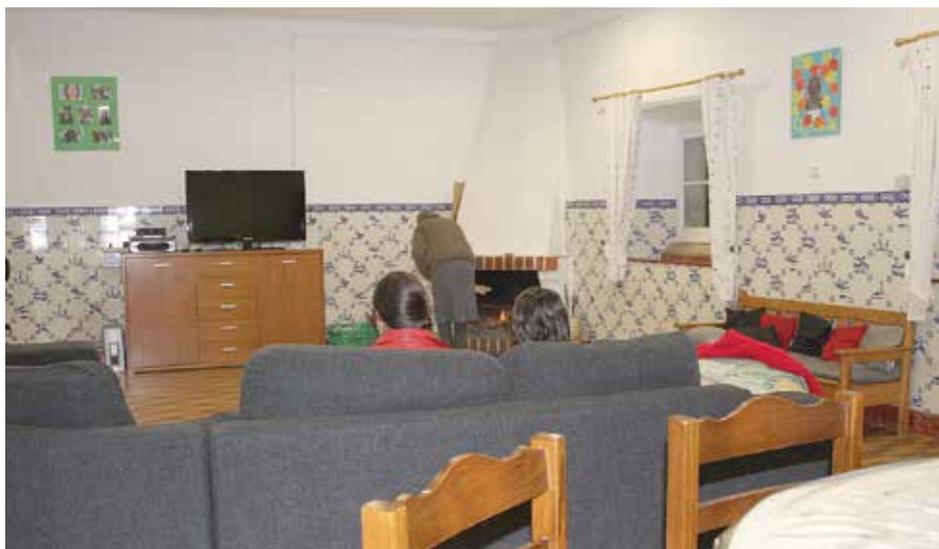
“Cada uma tem um projeto de vida e nós estudamos as questões que as trouxeram para cá e vemos que alternativas há”, começa por dizer a irmã Rita Lopes, coordenadora da Fundação em Santarém, acrescentando: “O vir para uma instituição é o último reduto e nós temos que fazer o percurso ao contrário, ou seja, quem vamos encontrar que possa acolher esta jovem para que ela possa viver numa família dita normal. Nós, aqui, somos uma família, mas somos uma família muito grande. A comunidade reconhece que temos um ambiente muito familiar, em que as pessoas gostam de vir cá e sentem esse ambiente, e que são felizes. Nós achamos sempre que elas estão aborrecidas, mas quem vem de fora vê a coisa de forma diferente. Nós é que criamos expectativas, mas elas não têm que corresponder às nossas expectativas”.

Há 90 anos sedeada no centro de Santarém, a Fundação Luiza Andaluz estabeleceu laços fortes com a comunidade.

“Não é uma casa que tem as portas abertas, mas penso que é uma casa que faz parte da comunidade, porque já aqui está há muitos anos e as pessoas veem-na como uma casa discreta, mas com ação”, sustenta a religiosa, revelando: “Por isso é que temos muitos benfeitores, os que têm muito dão muito, mas os que têm pouco também dão alguma coisa. Temos uma gama de benfeitores enorme, porque as pessoas reconhecem o nosso trabalho e que somos uma porta aberta na linha do trabalho, da dedicação e que merece ser ajudada”.

E esse conjunto de benfeitores tem sido crucial para o trabalho desenvolvido pela instituição e até mesmo para a sua sobrevivência ao longo destas nove décadas.

“O papel dos benfeitores é fundamental



e penso que sem eles não aguentaríamos, ou teríamos que reduzir o número de utentes, o que não se justificava com uma casa deste tamanho. Teríamos que ter menos crianças, logo menos gente e isso não faria sentido. Temos uma excelente relação com a Segurança Social e também com os outros parceiros e trabalhamos muito bem em rede, porque reconhecemos o valor deles e eles reconhecem o nosso trabalho”, argumenta a irmã Rita Lopes, sublinhando: “A saúde financeira recomenda-se. Neste momento, a situação está melhor porque pertencemos ao Plano SERE+ e é isso que nos tem dado estabilidade e alívio. Primeiro foi o Plano DOM e agora o SERE+, mas enquanto não os tivemos vivemos aqui muito aflitas, a contar todos os tostões. Vivíamos em constante alerta, porque os funcionários tinham que receber, pois também têm as suas famílias, depois a água, a luz e o gás... Se os benfeitores são sempre bons, nessa altura eram quem nos salvava”.

A viscondessa Luiza Andaluz (1877-1973) desde muito nova que evidenciou uma inclinação para o trabalho social.

“Já aos 14 anos, aqui no convento com as irmãs Capuchas, ajudava as irmãs e isso foi um bichinho que ficou. De pequenina as prendas que pedia, pelo Natal e pelo aniversário, eram coisas para dar aos pobres”, conta a religiosa, recordando que tudo começou

quando Luiza Andaluz foi convidada pelo Cardeal a ajudar as irmãs Capuchas a tratar das meninas vítimas da pneumónica. Corria o ano de 1917.

E se antes já tinha fundado a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, em 1925, em plena I República, adquiriu em hasta pública o convento, ali instalando a sua Fundação, com o propósito de acolher crianças desvalidas da vida.

“Ela sempre fez trabalho social, mas foi em 1917 que o intensificou, por altura da pneumónica, quando recolheu 60 meninas do distrito órfãs de mãe. Ela precisava de uma casa para acolher as meninas e acabou por comprar esta casa onde estamos agora”, conta a religiosa.

Na casa fronteira ao convento, onde habitava, Luiza Andaluz “criou um colégio para meninas ricas para sustentar as pobres”.

O colégio foi fundado em 1923 e funcionou nesse edifício até 1973, ano em que passou para outra zona da cidade, o complexo Andaluz, onde hoje é a Escola Superior de Educação, entre outros estabelecimentos de ensino superior.

“Por essa altura, a Congregação concluiu que ter um colégio não era a sua vocação nem espírito e vendeu-o. Tínhamos ali 50 irmãs e nunca foi o nosso espírito gerir colégios ou tratar da educação, mas mais os núcleos pastorais. Havia capacidade de



respostas, mas não era a resposta que queríamos dar à sociedade, nem era o nosso espírito”, sustenta a irmã Rita Lopes, que acrescenta: “Em abono da verdade, também não é bem o que aqui fazemos, tanto que isto é uma obra única. Mas tem mais a ver porque é uma obra social e Luiza Andaluz sempre quis passar essa mensagem”.

De 1925 até 2002 a instituição funcionou exclusivamente com religiosas, mas a diminuição de irmãs e a prossecução de um ensinamento da madre Luiza Andaluz levou a que fossem integradas na equipa de trabalho algumas leigas.

“É certo que foi pelo menor número de irmãs, mas também um outro olhar sobre o tempo e um pensamento que herdámos da Luiza Andaluz, que é adaptarmo-nos constantemente aos tempos. Começámos a perceber que era bom termos leigos a trabalhar connosco, pois seria mais enriquecedor”, explica a irmã Rita Lopes, que sublinha: “fazemos por seguir o ensinamento que Luiza Andaluz nos deixou que é dar as respostas que são precisas no tempo, por isso estamos cá há 90 anos”.

Neste sentido, Catarina Marcelino, que em determinada altura tentou ingressar na Congregação – mas, como a própria diz, “reprovei no código” –, avança um pensamento da Madre Luiza Andaluz, “que define muito bem o que queremos fazer aqui: «Passar

fazendo o bem à imitação do Mestre Divino, tornar felizes os que nos rodeiam, que doce programa de vida». Este é o nosso doce programa de vida, às vezes tem pouco açúcar, mas é fantástico e um desafio muito grande”.

Por isso é que “acolher o melhor, da melhor maneira possível” é a disponibilidade da instituição, que, segundo a diretor-técnica, está pronta para alterar a sua intervenção, desde que essa seja a necessidade dos tempos: “Se um dia isto não for para meninas, estamos prontas a acolher mães jovens e os seus filhos, mulheres vítimas de maus-tratos, ou outras... Estamos abertos àquilo que os tempos e o que Deus nos encaminhar”.

Apesar dos 90 anos, a instituição não deixa de olhar o futuro e, de certa forma, de estar à frente do tempo em determinadas questões. Quando há 12 anos Catarina Marcelino entrou para a instituição foi para apoiar as jovens mais velhas que, dentro dos muros da Fundação, viviam na Casa da Cerca preparando a sua saída.

“A Casa da Cerca é um espaço por onde as meninas mais velhas passam numa lógica de autonomia. Nessa altura ainda não se falava sequer de apartamentos de autonomia, mas nós já tínhamos isso”, argumenta Catarina Marcelino.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO, MATOSINHOS

Novo lar quase pronto a entrar em funcionamento

O ano em que o Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto, sediado na, até há pouco, freguesia de Perafita, em Matosinhos, celebra 37 anos de existência iniciou-se com a inauguração do seu mais recente equipamento social, uma ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), que o presidente da instituição quer ver entrar em funcionamento, “de uma forma gradual”, ainda durante o primeiro semestre de 2015.

“A casa está pronta, tem todos os equipamentos e temos já uma pré-lista de pessoas com intenção para virem para o lar, que no momento já excede a capacidade de 60 camas”, começa por dizer o padre Luís Mateus, pároco de Perafita e presidente da instituição, revelando que houve um esforço para que a inauguração e a bênção do edifício fosse feita no dia 17 de janeiro por ser a data de aniversário da instituição.

Decorrem ainda as obrigatórias e necessárias vistorias e fiscalizações, correndo já na Segurança Social o processo para assinatura do futuro Acordo de Cooperação para a nova valência.

O novo equipamento resulta de uma candidatura apoiada pela Câmara Municipal de Matosinhos aos fundos do POPH, e teve um custo total de 2,3 milhões de euros, cofinanciado em 1,4 milhões de euros pelo POPH e em 482 mil euros pela Câmara Municipal de Matosinhos.

Há 18 anos à frente da instituição, o padre Luís Mateus refere que, desde o momento que assumiu os destinos da paróquia e da instituição percebeu que a “instituição queria alargar os seus serviços na área sénior”, sendo que a falta de vagas em Lar ser uma necessidade há muito identificada no concelho.

“A CLAS de Matosinhos sempre reconheceu que o concelho é muito necessitado em resposta de lar. Dentro deste POPH, que acolhia projetos para a área sénior e deficiência, Matosinhos teve 11 candidaturas, três ficaram pelo caminho, mas oito foram implementados. Para a CLAS isto é uma resposta às necessidades”, argumenta, indicando que a instituição já se está a preparar para abraçar esta nova valência, tendo já em andamento um processo de formação de pessoal, em parceria com o IIEFP. Algumas pessoas frequentam uma formação em geriatria e desse lote serão escolhidos alguns dos 20 novos colaboradores da instituição, número que o padre Luís Mateus estima ser necessário para que a nova estrutura possa funcionar.

“O ano de 2014 foi importante para a conclusão da obra, mas também aquele em

que fomos, aos poucos, fazendo triagens e formação para, a partir de abril, estarmos preparados em termos de recursos humanos para abrir o lar”, explica.

Fundamental para um bom funcionamento do novo lar é a assinatura de um Acordo de Cooperação com a Segurança Social.

“O processo para estabelecer acordo de cooperação já está a correr na Segurança Social, o que no início dos POPH estava fechado. No entanto, penso que não podia ser assim, pois estamos na área social e não se permite ou se faz um investimento tão grande para depois o entregar a uma gestão particular”, sublinha o pároco, ressaltando que o referido protocolo é fundamental para que a instituição prossiga a sua missão: “Temos condições para funcionar sem o Acordo, mas com muito cuidado. Sem o Acordo de Cooperação não conseguimos responder socialmente, porque o custo do utente anda muito próximo dos 1000 euros e não tendo outros suportes a situação fica complicada. A instituição não pode perder a sua capacidade de ser solidária e sabemos que há muita dificuldade por parte das famílias”.

No sentido de assegurar a sustentabilidade da nova valência, a instituição tomou “alguns cuidados”: “Um foi, neste tempo de obra, em dotarmos a estrutura a construir, mas também cuidando da que já existe, daquilo que seja a diminuição de custos, como a questão energética, ou dos gastos de água. E andamos a pensar nas parcerias aqui à volta, com as empresas e não só, onde possamos ir buscar mais alguma coisa, que não nos retire a capacidade de fazer o social. Não tendo acordo seria muito mais difícil. Com acordo não quer dizer que seja fácil, mas permite fazer um trabalho mais social”.

Nesse sentido, para o padre Luís Mateus a sustentabilidade da instituição não estará em causa, uma vez que foi feita “uma gestão de todo o processo muito calculada e pensada”.

E se os apoios rondaram os 1,8 milhões de euros, do bolo total de 2,3 milhões de euros que a obra custou, pouco mais de 400 mil euros ficaram a cargo da instituição.

“Recorremos muito a amigos, que nos permitiram constituir um balão de oxigénio”, começou por dizer o padre Luís Mateus, acrescentando: “A Fábrica da Igreja que está no suporte disto tinha alguma verba, fomos fazendo angariações de fundos, através das quais conseguimos 127 mil euros, e muitos amigos foram dando também algum dinheiro. Inicialmente conseguimos juntar pouco mais de 500 mil euros que nos permitiram



ir gerindo isto, porque nos primeiros oito meses não recebemos dinheiro nenhum do Estado e a obra não parou. Foi uma gestão que correu muito bem. Fizemos aquilo que a CNIS trabalhou e proporcionou às instituições, que foi a linha de crédito bonificada com o Montepio e isso foi-nos permitindo nunca parar a obra. Neste momento ainda temos quase 400 mil euros para receber. Acertando contas e pagando a quem nos emprestou dinheiro, no final deveremos ficar com cerca de 100, 150 mil euros para irmos diluindo isto”.

Muito disto apenas foi possível porque, como sustenta o presidente da instituição, esta tem “uma relação próxima com a comunidade quer a nível das famílias dos utentes, quer da comunidade em termos de freguesia, que andarà na ordem dos 15 mil habitantes, agora mais alargada porque se uniu às freguesias de Lavra e de Santa Cruz do Bispo”.

O novo lar do Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto vem colmatar mais uma necessidade da população sénior da antiga freguesia de Perafita, onde, à semelhança do resto do país, o número dos mais velhos tem crescido. Por isso, não é de estranhar a grande procura pelas respostas sociais para a terceira idade.

“Tem havido uma maior procura e há aqui um dado que me parece interessante que tem que ver com a reforma das pessoas. Ao reformar-se, as pessoas procuram mais o Centro de Convívio, porque desenvolvemos muitas atividades que vão mantendo próximo e trazendo para a instituição um conjunto de pessoas que vêm para cá ou que são benfeitores. Na área sénior não tem sido difícil manter as pessoas por aqui”, refere o padre Luís Mateus, que traça um superficial retrato da população que a instituição serve: “São pessoas com dificuldades. O meio aqui não é muito privilegiado



em termos económicos. A freguesia tem gente com bastantes posses, mas é pouca. Pelos cálculos das mensalidades vemos que não são muito privilegiadas. A questão é a necessidade, porque hoje o ritmo da família não lhe permite estar durante o dia com... Isto aqui é muito dormitório, gente que vem de fora, há aqui muita gente de Baião, Amarante, Penafiel, que há umas décadas vieram para trabalhar, fundamentalmente na Longa Vida e na Galp, e agora têm 60, 70 anos. E os filhos têm as suas vidas e não podem estar com eles. Com o tempo fomos melhorando os serviços e, apesar de os estatutos o preverem, a instituição não faz Apoio Domiciliário, porque há outra instituição que o faz e faz muito bem”.

No seu arranque, em 1988, o então denominado Centro Social e Paroquial de Perafita começou com as valências de Centro de Dia e Centro de Convívio e uma primeira resposta na área da infância, com um CATL.

“O edifício da infância estava já a ser construído e no ano letivo a seguir começou a funcionar com a creche e o jardim-de-infância, passando o ATL para lá também. As salas onde funcionava o ATL ficaram para a catequese”, conta o padre Luís Mateus,

explicando: “Os estatutos do Centro Social foram trabalhados para o serviço às áreas sénior e da infância e os Acordos de Cooperação foram logo trabalhados com a Segurança Social. O Centro de Dia para 30 utentes, o Centro de Convívio para 20, a Creche, inicialmente, para 35, o jardim-de-infância para 75 crianças (três salas) e o ATL para 50”.

Hoje o CATL já não funciona e, aquando da decisão de o encerrar, a instituição tomou uma decisão: “Suspendemos o Acordo de Cooperação e trabalhámos com a Segurança Social em procura de uma nova creche, pois na altura tínhamos sempre crianças que ficavam em lista de espera”.

Assim, hoje a instituição tem Acordo de Cooperação para duas creches (35+28) e continua com 75 crianças protocolizadas em jardim-de-infância.

“Como as creches beneficiaram da majoração há coisa de três, quatro anos e temos espaço para tal, podemos ir até 41 em uma e 35 na outra”, refere, ao mesmo tempo que realça uma dificuldade que tem vindo a verificar-se: “Neste momento temos uma creche cheia, mas a outra não e não exercemos a majoração. Isto acontece porque vai havendo menos crianças”.

E se na área dos mais velhos a procura é crescente, na área de infância as coisas passam-se em sentido contrário. E também aqui não é apenas o problema demográfico do País que levanta problemas.

“Temos sentido que vai havendo menos procura e até no pré-escolar, porque há aqui um Centro Escolar a 200 metros. Por isso, deixámos de funcionar com salas fixas e optámos pelas salas mistas, porque aos 5 anos temos menos do que os 25 necessários”, lamenta o presidente da instituição, frisando: “Há já dois anos que os nossos inícios de ano letivo são sempre mais preocupantes. Aqui há uns anos, as pessoas vinham dormir à porta na altura das inscrições. Temos um muito bom serviço, mas há menos crianças e a situação económica das famílias não é a mais favorável”.

A este propósito, o padre Luís Mateus afirma: “Nunca tanto como nestes últimos anos letivos temos tido necessidade de, ao longo do ano, revermos as participações das famílias. Este ano tomámos a medida de baixar o nosso teto máximo, tornando-o um pouco mais acessível, porque temos sempre que fazer contas à vida. A sustentabilidade da instituição vai-nos preocupando, pois há menos crianças, e vamos

sofrendo um pouco por aí. Os mesmos serviços, com um maior esforço da instituição, mas se não tivermos crianças temos vários prejuízos. Desde logo o valor dos Acordos de Cooperação a Segurança Social vem-nos buscar, não temos a comparticipação familiar e a variação de algumas crianças não possibilita o fecho de uma sala”.

Nos dias que correm a instituição tem um corpo de 33 funcionários para servir as quatro valências, sendo que a creche é a única que não está completa.

Depois de erguido o grande projeto dos últimos anos, a construção do lar de idosos, não há intenção de construir novos equipamentos, mas, para o padre Luís Mateus, há outro grande projeto em marcha: “Este tipo de instituições e até pelo serviço que faz permite despertar determinados valores e sensibilidades às pessoas e, por isso, temos o projeto de envolver a comunidade no sentido de participar e ter alguma intervenção na vida da instituição para ajudar a despertar esta malta mais nova que passa muito tempo em frente a ecrãs. Por outro lado, a sustentabilidade da instituição exige-nos que sejamos sempre muito inovadores”.

CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Rede Nacional vai receber 121 milhões de euros

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) vai receber mais 121 milhões de euros, para os anos 2015/17, através de contratos-programa com unidades de média e longa duração e cuidados paliativos, de norte a sul do país.

Através de despacho publicado em Diário da República, o Governo autoriza o Instituto de Segurança Social e as Administrações Regionais de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Centro, do Norte, Alentejo e Algarve a assumir os respetivos compromissos para os anos de 2015, 2016 e 2017, com as entidades que estão integradas ou passam a integrar a RNCCI.

No total são 121.441.276,56 euros que, através dos Ministérios das Finanças, Saúde

e Solidariedade, Emprego e Segurança Social, vão ser distribuídos por 33 Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM), 29 Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e duas Unidades de Cuidados Paliativos (UCP).

No total das 64 unidades, aquela que recebe a parcela maior é a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação, em Lisboa, que, no total dos três anos, vai ter direito a cerca de 13,3 milhões de euros, entre 8,2 milhões de euros para a UMDR e mais 5 milhões de euros para a ULDM.

A zona Norte vai receber 22.306.896,96 euros, entre 14.508.462,4 euros provenientes da Administração Regional de Saúde (ARS) e outros 7.798.434,56 do Instituto de Segurança Social (ISS).

A instituição que recebe a parcela maior é a UMDR da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, que terá direito a 3.267.176 euros.

No Centro, a verba ascende a 47.158.633,2 euros, dos quais, 30.406.043,04 euros são entregues pela ARS, e 16.752.590,16 chegam às instituições via ISS, sendo que a maior parte da parcela sai da ARS para as UMDR, que recebem, no total dos três anos, 20.716.866 euros.

Na zona de Lisboa e Vale do Tejo há seis instituições que vão assinar contrato-programa, recebendo um total de 28.320.398,88 euros, 18.330.073,92 dos quais provenientes da ARS.

No Alentejo, estão previstos nove contratos-programa e uma verba total de

14.909.874,4 euros para cinco ULDM e quarto UMDR.

O Algarve é a zona do país com menos contratos-programa, recebendo 5.745.473,12 euros, distribuídos por três ULDM e uma UMDR.

No total, o ISS dá luz verde a 42.285.641,84 euros, enquanto as Administrações Regionais de Saúde distribuem 79.033.511,52 euros.

Nesta última parcela estão incluídos os 1.144.114,4 euros da ARS Norte para a Unidade Cuidados Paliativos (UCP) da Domus Fraternitas, em Braga, e os 1.733.762,4 euros da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, para a UCP da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, concelho da Moita.




SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

PROTOCOLO

Quando as instituições ganham novas plataformas e conhecimentos, ganhamos todos.


Montepio

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio Geral na oferta de software e soluções informáticas destinada a instituições da economia social, com condições de financiamento extremamente vantajosas.

Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.







GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

- Creche ✓
- Educação pré-escolar ✓
- Atividades de tempos livres ✓
- Centro de atividades ocupacionais ✓
- Estrutura residencial para idosos ✓
- Serviços de apoio domiciliário ✓
- Centro de dia ✓
- Centro de noite ✓
- Cantina social ✓
- Unidade de cuidados continuados ✓
- Clínica ✓
- Internamento ✓

FORMAÇÃO F3M . 2015



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

+INFO. em www.f3m.pt

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais

- O OE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS

- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

EQUIPAMENTOS SEM DINHEIRO PARA FUNCIONAR

Reforço de 50 milhões de euros para rede de instituições sociais

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, anunciou um reforço de 50 milhões de euros para a rede de instituições sociais, referindo que existem equipamentos concluídos mas sem verba para funcionar.

“Temos muitos equipamentos por abrir porque no passado não houve possibilidade de ter orçamento para contratualizar a resposta com as instituições. Este ano tivemos a cautela de conseguir aumentar o orçamento para a área da cooperação em cerca de 50 milhões de euros, para podermos reforçar a rede das instituições sociais, ter mais protocolos e chegar a mais famílias em Portugal”, disse o ministro.

Pedro Mota Soares adiantou ainda que o governo pretende “até ao início do primeiro trimestre alargar esta rede. Cobrir equipamentos que foram construídos com verbas comunitárias mas que, na altura,

não foi assegurada a abertura”.

O ministro referiu que a verba do reforço será proveniente do Orçamento do Estado, salientando que existia o risco de terem que ser devolvidas as verbas comunitárias usadas para construir os equipamentos.

“Se não abrímos esses equipamentos, podíamos ficar no risco de ter que devolver a verba usada para os construir, porque não foi acautelada a sua abertura”, explicou.

Pedro Mota Soares disse ainda que Portugal “se pode orgulhar” da sua rede social.

“A coesão e a paz social é muitas vezes mantida por estas instituições, que são a almofada para quem é mais fraco, mais pobre e mais desprotegido. A obrigação do Estado é ajudar financeiramente estas instituições que ajudam as famílias”, concluiu.



BANCO FARMACÊUTICO

Portugueses doam fármacos a instituições sociais

O Banco Farmacêutico anunciou que os portugueses doaram cerca de 10.500 fármacos e produtos de saúde na campanha de recolha de medicamentos que decorreu no passado mês em 132 farmácias de todo o país.

Os medicamentos doados vão ser entregues a 77 instituições de solidariedade social, que apoiam cerca de 79.758 pessoas.

Segundo o Banco Farmacêutico (BF), participaram nas VII Jornadas de Recolha de Medicamentos cerca de 400 voluntários e 132 farmácias dos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora, Beja, Portalegre, Faro, Aveiro, Porto, Vila Real e Bragança.

Com esta iniciativa, “contribuímos para aumentar a acessibilidade ao medicamento a populações desfavorecidas”, refere o BF num comunicado publicado no seu site.

Todos os medicamentos e produtos de saúde doados eram “novos, seguros e de qualidade” (não são aceites medicamentos vindos de casa) e correspondem à lista de necessidades de cada uma das instituições de solidariedade social contempladas pela recolha.

No ano passado, aderiram ao programa

122 farmácias, que recolheram 10 mil medicamentos e produtos de saúde, no valor de 40 mil euros, que foram distribuídos pelas zonas centro e sul do país. Este ano, a iniciativa estendeu-se à região norte.

Em seis anos de Jornadas de Recolha de Medicamentos já foram doados 50 mil medicamentos e produtos de saúde, tendo-se “verificado um sólido crescimento do número de farmácias aderentes, voluntários, instituições apoiadas e também do número de medicamentos recolhidos”.

Desde 2009, ano em que a iniciativa decorreu pela primeira vez em Portugal, tanto o número de instituições apoiadas como o de farmácias associadas a esta causa quase duplicou, registando-se um crescimento que ronda os 190% em ambos os casos.

O Banco Farmacêutico nasceu em Milão e a primeira Jornada de Recolha de Medicamentos decorreu em dezembro de 2000. Desde então, a iniciativa tem-se realizado todos os anos no segundo sábado do mês de fevereiro.

Atualmente, a iniciativa, que também existe em Espanha desde 2007, abrange cerca de 3.500 farmácias e já beneficia mais de 450 mil pessoas carenciadas.

MISSÃO SORRISO

Com projeto de envelhecimento ativo Engenho recebe prémio de 20 mil euros

A Missão Sorriso contemplou a Engenho- Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este- com um prémio de valor máximo no montante de 20 mil euros destinado a apoiar um projeto orientado para o envelhecimento ativo, que esta associação apresentou a concurso na edição de 2014.

O Concurso Missão Sorriso é uma iniciativa do Modelo Continente Hipermercados, que tem por objetivo apoiar organizações que procuram dar resposta a problemas nas áreas sociais e de saúde, junto da comunidade onde estão inseridas.

Em linhas gerais o projeto apresentado pela Engenho, denominado Envelhecimento +Activo, assenta no desenvolvimento de atividades promotoras da solidariedade intergeracional e da estimulação cognitiva e sensorial, com ligação à natureza e à sociabilidade, visando reabilitar e reforçar a qualidade de vida, autonomia e a autoestima dos idosos em situação de pobreza e dependência.

Este prémio, para Manuel Augusto de Araújo, presidente da Associação, dada a sua natureza e dimensão nacional, para além de responder a uma necessidade premente, reconhece e estimula

todo o trabalho social desenvolvido pela Engenho, onde a inovação e procura de boas práticas são desafios permanentes. Este dirigente refere também que o fato deste projeto ser avaliado por um júri credenciado e submetido a votação online evidencia a elevada valia técnica do mesmo e da equipa da Engenho que o idealizou e o irá operacionalizar.

Com este projeto os idosos do novo Lar “A Minha Casa” passarão a dispor de materiais e equipamentos adequados à atividade física e fisioterapia, visando a manutenção ou a recuperação de competências e capacidades e, conseqüentemente, diminuir a necessidade de cuidados médicos especializados como consultas, internamentos e terapias...

Dos 360 projetos apresentados a nível nacional, por Associações, Hospitais, Unidades Locais de Saúde, Santas Casas da Misericórdia e Delegações da Cruz Vermelha, só 54 mereceram aprovação. Para além da Engenho só mais 4 organizações nacionais, na sua maioria da área da saúde, como por exemplo o Hospital de S. João, foram contempladas com o prémio de valor máximo.

PORTUGAL 2020

À descoberta do Empreendedorismo e da Inovação Social

São mais de 25 mil milhões de euros. O Acordo de Parceria assinado com a Comissão Europeia prevê que Portugal possa aproveitar 25 mil milhões de euros até 2020, resultantes dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP). O Acordo adotou o nome de Portugal 2020 e representa a política de desenvolvimento económico, social e territorial para os próximos cinco anos, em consonância com a Estratégia Europa 2020.

O anterior ciclo de programação, que incluía o QREN, PRODER e PROMAR, está a dar as últimas e já se começa a dar conta dos sucessores: Portugal 2020, PDR2020 e o MAR2020.

Para aqui interessa-nos o Portugal 2020 com os quatro domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Ao todo serão 16 os Programas Operacionais.

Para o setor social o programa Inclusão Social e Emprego é o que mais importa. Divide-se em três eixos prioritários: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego; emprego jovem; promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. Estima-se que mais de metade das verbas deste programa operacional sejam destinadas às entidades do terceiro setor. E é preciso não esquecer que os programas operacionais regionais, a quem cabem a gestão de cerca de 40 por cento dos fundos, vão interagir com

os restantes programas temáticos numa perspetiva de complementaridade e proximidade.

PENSAR DIFERENTE

É muito dinheiro. São muitas oportunidades para as organizações sociais. Mas é preciso começar a pensar de outra maneira. O Portugal 2020, com a lógica de apreciação de projetos, implementação de iniciativas e a avaliação de resultados, pretende distanciar-se das fórmulas passadas dos anteriores quadros comunitários.

Carlos Azevedo, presidente da ESLIDER-Portugal e doutorando da INSEAD—The Business School for the World, avisa as instituições particulares de solidariedade social para estarem muito atentas ao Portugal 2020 e aconselha uma mudança na abordagem aos programas: “A primeira coisa é começarem a estruturar projetos. Tradicionalmente não o têm feito. Costumam esperar que as linhas abram e só depois é que montam o projeto. Eu acho que deve ser ao contrário. Devem perceber a necessidade, fundamentá-la muito bem e só depois começar a elaborar a candidatura. A segunda coisa é começarem a profissionalizar as suas estruturas, sobretudo nas competências muito técnicas na área da economia e gestão. A burocracia deste quadro vai ser mais exigente em termos de report impacto e report financeiro. São competências que as organizações não têm e



devem ter: auditores, revisores de contas, técnicos de contas. Em terceiro, muita formação que faça com que as organizações mudem a forma como olham e como podem construir projetos. As ideias têm que ser das organizações. Não fiquem à espera das empresas que trazem as soluções já construídas. As estruturas de cúpula, como a CNIS e as UDIPSS, devem organizar-se muito bem para apoiarem as instituições neste domínio.”

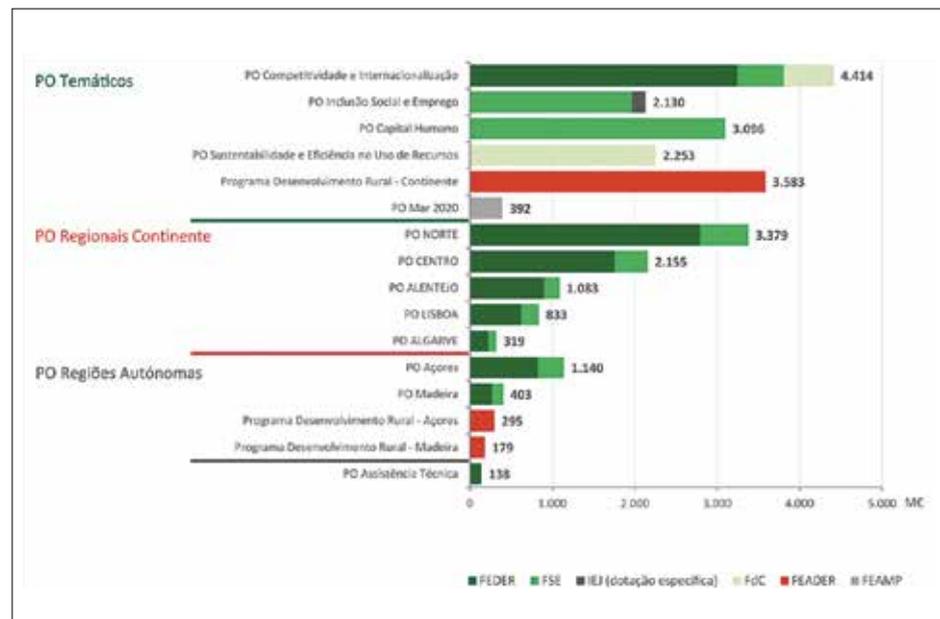
Carlos Azevedo assenta estas convicções não só no facto de ser um especialista em empreendedorismo social, mas também na experiência de oito anos como coordenador-geral da União Distrital das IPSS do Porto. Por saber da escassez de recursos e da fragilidade financeira que as instituições atravessam, muito por via da crise, adverte para a tentação de muitas IPSS admitirem que os fundos do Portugal 2020 podem servir para resolver problemas de solvência, financiamento, construções ou até de tesouraria. “Os projetos não devem ser infraestruturais. Uma das indicações que está dada pela Comissão Europeia é que eles têm que ser mais intangíveis e com impacto e muito menos infraestruturais que é o que tem acontecido em Portugal nos últimos anos.”

Para o léxico comum do universo da solidariedade organizada há duas designações com entrada garantida: empreendedorismo social e inovação

social. São conceitos recentes, sobretudo no nosso país, que ganham matéria no âmbito do Portugal 2020.

Pelo conhecimento que tem Carlos Azevedo reconhece que as pessoas muitas vezes já chamam à inovação social uma coisa que ela não é. Sentem-na como uma tendência neo-liberal. Mas afirma que a inovação acontece desde sempre. “A primeira Misericórdia constituída em 1498 foi ela própria uma inovação social. Nós temos de evoluir no sentido de erradicar os problemas. As crises ajudam porque geram oportunidades, momentos para a criação de novas soluções para os novos e velhos problemas. As organizações devem contribuir para a resolução dos problemas. E que problemas? Os que estão a ser negligenciados e não aqueles que já estão a ser resolvidos. Ou que não têm solução como é o caso do assistencialismo que o Estado contratualiza. Têm que procurar solução para problemas ignorados.”

O antigo coordenador-geral da UDIPSS do Porto ilustra com um exemplo a missão das instituições: A resposta jardim-de-infância. “As mulheres começaram a integrar o mercado de trabalho. Surgiu um problema. Ou as crianças iam para a rua ou alguém se organizava para lhes dar um projeto educativo às crianças. A sociedade civil organizou-se e depois o Estado, que é míope, apropriou-se da solução criada pelas organizações sociais. Do meu ponto de vista esta é a sua função: identificar um problema que



está ignorado pelo Estado, pela sociedade, e pelo próprio mercado, criar uma solução, transformar e, no limite, institucionalizar a resposta. Isto é cumprir a missão.”

NOVOS CONCEITOS

O governo criou a iniciativa Portugal Inovação Social e a estrutura de missão para a sua execução e definiu que pretende “estimular o aparecimento de soluções e modelos de intervenção inovadores, adequados a gerar novas respostas para problemas societários prementes na área social, bem como em outras áreas de política pública, entre as quais a saúde, a justiça, a educação e a igualdade de género”. Para além disso, o objetivo é “contribuir para o desenvolvimento e promoção de um mercado de investimento social em Portugal. Este é potenciado por instrumentos de financiamento inovadores”.

Para a liderança do Portugal Inovação Social o executivo chamou Filipe Santos, um especialista na área, formado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, com o mestrado em Gestão e Estratégia Industrial, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Filipe dos Santos lecionou Empreendedorismo no campus de França do INSEAD, sendo também residente no campus de Abu Dhabi desta escola global de negócios. Filipe Santos, admite que está iminente o anúncio de “programas de financiamento para capacitação das iniciativas bem como para financiar o crescimento e disseminação de iniciativas já com alguma validação.”

A mudança de paradigma está subjacente na valorização da medição do impacto das iniciativas e na capacidade dos projetos mobilizarem investimento e gerarem receitas próprias na senda da sustentabilidade económica. São evidentes nos instrumentos já desenhados na resolução do Conselho de Ministros. O Fundo para

a Inovação Social, dotado de 150 milhões de euros; os Títulos de Impacto Social, o Programa de Parcerias para o Impacto e o Programa de Capacitação para o Investimento Social.

O que vai acontecer nos próximos cinco anos, sobretudo na esfera de influência do Portugal Inovação Social, deve ser aproveitado pelas entidades do Terceiro Setor reconfigurando-se para lidar com os novos instrumentos. O Laboratório de Investimento Social é um projecto do Instituto de Empreendedorismo Social e da Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Social Finance UK, uma organização britânica que criou os Títulos de Impacto Social em 2010. O Laboratório está a funcionar há dois anos e pretende promover o desenvolvimento de um mercado social em Portugal que permita às organizações com maiores restrições orçamentais atingir a sustentabilidade financeira. António Miguel, o Coordenador do Laboratório de Investimento Social, que em Fevereiro lançou a Academia Código Júnior, a primeira Social Impact Bond (Título de Impacto Social), explica que “do bolo do POISE, que ronda os 2,4 mil milhões de euros, há uma franja pequenina mas significativa de 150 milhões de euros para financiar exclusivamente a inovação social, através do PIS. Para as organizações da Economia Social tudo o que havia antes vai continuar a haver, os acordos de parceria continuam a existir, as oportunidades de candidaturas a fundos comunitários, através dos Programas Operacionais” Os Títulos de Impacto Social são um dos instrumentos criados. António Miguel esclarece que se trata de um mecanismo financeiro através do qual o Estado celebra um contrato com uma entidade gestora com base no cumprimento de resultados sociais determinados. O contrato prevê que os investidores financiem serviços de organizações sociais a médio prazo

(geralmente três a cinco anos). As organizações implementam os serviços que visam melhorar as respostas sociais a um determinado problema. Se os resultados forem alcançados, o Estado devolve o investimento à entidade gestora acrescido de um retorno financeiro. Caso os resultados sociais previstos no contrato não sejam atingidos, o Estado não paga aos investidores, que perdem o investimento. “Este Quadro Comunitário tem muitas oportunidades para as organizações que consigam articular os seus resultados. E aqui convém distinguir o que é uma atividade do que é um resultado. Para uma organização que trabalhe com jovens desempregados as suas ações vão ser sessões de formação, acompanhamentos e outras, que são atividades. Resultados é saber quantos jovens integram o mercado de trabalho. Em quadros comunitários anteriores o financiamento estava muito direcionado para as atividades, mas no atual está muito focado nos resultados e acho que isso é uma oportunidade excelente para as nossas organizações sociais”.

Nas candidaturas é fundamental fazer a demonstração do modelo de intervenção e fazer prova de que conseguem resolver ou reduzir um problema social. Isso representa um valor económico que deve ser considerado. Por isso, as IPSS devem angariar desde logo um potencial investidor que podem ser autarquias, empresas, personalidades locais. “Isto é benéfico para as organizações sociais porque têm financiamento independentemente dos resultados; o Estado beneficia porque só paga se os resultados forem atingidos; e para os investidores é uma oportunidade de incrementarem projetos sociais e verem esse dinheiro reembolsado para poderem reinvestir. O risco está todo nos investidores coagindo-os a trabalharem em conjunto com as organizações sociais. Não é apenas passar o cheque. E aí acontece magia, porque as organizações começam a absorver competências do investidor e este a conhecer melhor a realidade da instituição. E muitas vezes colocam recursos próprios, humanos e financeiros, para trabalhar com as organizações e para fazer análises estatísticas e outras, o que ajuda a informar o que funciona e não funciona.” António Miguel adverte, todavia, que o investimento social não é milagroso. É “mais uma forma para tentar ultrapassar os obstáculos que se colocam atualmente ao financiamento do terceiro setor”. Existem outras soluções como, por exemplo, os Fundos de Investimento Social ou a Filantropia Estratégica.

FILIPE SANTOS

O Desafio da Inovação Social



O Portugal2020 representa para o terceiro setor uma oportunidade de apostar na inovação social. A programação do novo ciclo de fundos para Portugal faz uma aposta, pioneira em termos Europeus, no financiamento a iniciativas de inovação e empreendedorismo social. Estas iniciativas tanto podem ter origem em start-ups sociais (novas associações, cooperativas ou mutualidades) como em projetos de inovação desenvolvidos por organizações do terceiro setor já estabelecidas. Através da recém criada iniciativa do governo Portugal Inovação Social, vão existir programas de financiamento para capacitação das iniciativas bem como para financiar o crescimento e disseminação de iniciativas já com alguma validação. Embora concedidos sob a forma de subvenções não reembolsáveis, estes apoios vão premiar um grau mais elevado de medição do impacto social das iniciativas, bem como a capacidades dos projetos em mobilizarem investimento social e gerarem receitas próprias, procurando a sustentabilidade económica. Prevê-se que as primeiras linhas de financiamento abram já candidaturas na Primavera. Os financiamentos estão maioritariamente disponíveis nas regiões de convergência do Norte, Centro e Alentejo. Um montante mais elevado será posteriormente disponibilizado para instrumentos de financiamento de natureza reembolsável, tais como empréstimos, para projetos de elevado impacto social e com maior capacidade de mobilização de receitas.

Numa próxima edição do Jornal da Solidariedade iremos falar com Filipe Santos, responsável da iniciativa Portugal Inovação Social, sobre a forma como vão funcionar estas novas linhas de financiamento à inovação social no âmbito do Portugal2020.



António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



Quando o caos e a ameaça sucedem à tirania

Foto: D.R.



Passou, há dias, o quarto aniversário do levantamento popular que levou à queda de Muamar Kadafi, o homem que dirigiu os destinos da Líbia durante quarenta anos. Não se pode dizer que estes longos anos de governo tenham sido sempre anos de uma ditadura cruel. Ele mesmo gostava de reivindicar para si o cognome oficial de Irmão Líder, mas este cuidado em salvaguardar a sua imagem não obsteu a que tenha passado à História como um governante que exerceu o poder de um modo absoluto e ditatorial, embora muitas vezes caricato.

O seu afastamento foi saudado, pelo menos na Europa e nos Estados Unidos, como uma boa notícia para os líbios e para o mundo em geral. Muitos acreditavam que o seu desaparecimento abriria as portas do país à democracia, anunciada pouco tempo antes pela chamada revolução dos jasmíns, que tinha nascido na Tunísia e parecia estar para acontecer noutras regiões árabes. Só que o perfume daquela revolução durou pouco tempo, a começar logo pela Tunísia, embora, pelo menos neste país, tenha deixado ainda as suas marcas.

Infelizmente, a morte de Kadafi não significou para os líbios o começo de uma nova era marcada pelo triunfo da democracia e da estabilidade. Quatro anos depois, o país afunda-se no caos: dois governos reivindicam, cada um, a sua legitimidade, isto para além dos vários grupos que ocupam parcelas mais ou menos significativas do seu território, onde estabeleceram centros de poder. Oficialmente, a Líbia continua a ser um estado reconhecido internacionalmente, mas trata-se de um estado onde, aparentemente, não reina nem a lei nem a ordem. O fim do regime de Kadafi não trouxe consigo a democracia e a legalidade. A ditadura foi substituída pelo caos.

Ora acontece que este cenário caótico não passou despercebido ao chamado “Estado Islâmico”, cujos líderes, pelo menos aparentemente, não pretendem ficar confinados ao território do Iraque e da Síria, até porque, do ponto de vista estratégico, a Líbia pode ter um enorme valor para a sua expansão em direcção à Europa. Aparentemente, os seus responsáveis já se deram conta de que, na situação em que se encontra, aquele país pode transformar-se rapidamente em centro de acolhimento e formação de militantes fanáticos, dispostos a tudo, até às maiores barbaridades, como aconteceu com a recente execução de duas dezenas de cristãos egípcios. O caos transformou-se em ameaça.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Abutres à solta

É conhecido o ditado: “gaivotas em terra, tempestade no mar”! Parafraseando, num outro contexto, esta mensagem das gaivotas, que tal esta provocação: “abutres financeiros à solta, multidões de pobres e explorados em risco”?!

Nos últimos tempos, a opinião pública tem acompanhado, com atenção e repúdio, as audições que a comissão parlamentar de apuramento ao que se passou com a família Espírito e Companhia Limitada tem vindo a realizar, há meses, na Assembleia da República.

De passagem, é de salientar o excelente e muito bem documentado trabalho dos deputados desta Comissão.

Em relação ao desfile parlamentar de tantas pessoas relacionadas com o universo da alta finança e, de modo especial, com a nata de tantos gestores de topo, de peito enfeitado com tantas condecorações e com as suas contas bancárias recheadas com indecorosas mordomias de dinheiro que não ganharam com o seu trabalho, apetece perguntar: em nenhum momento se interrogaram sobre as tristes e provocadoras respostas que têm andado a dar à comissão?

Permito-me utilizar esta página do SOLIDARIEDADE para lhes recomendar uma leitura atenta destes dois textos bíblicos: “O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem dará testemunho contra vós” (Tiago, 5,3); “O salário que defraudastes aos trabalhadores que ceifavam os vossos campos, clama e os seus gritos chegaram aos ouvidos do Senhor” (Tiago, 5,4).

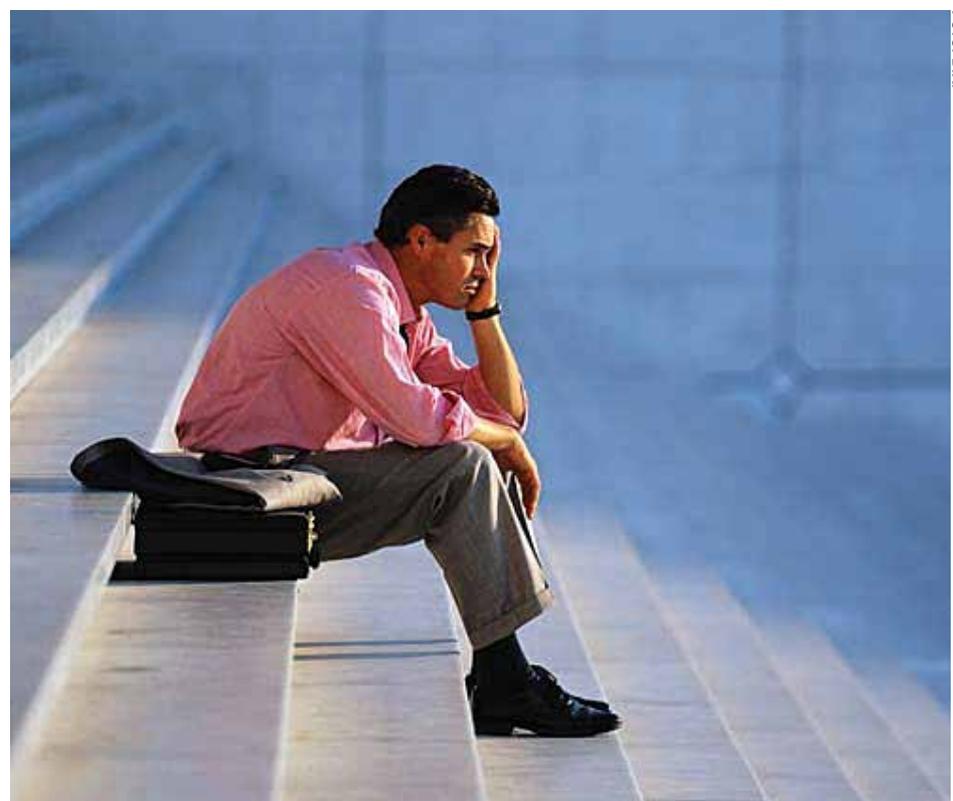


Foto: D.R.



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

O filho pródigo

1 – Não sabemos quem tem razão, nas versões que nos têm chegado quanto à posição dos Governos português e espanhol aquando do debate do Eurogrupo sobre a questão do acordo das Instituições europeias com o novo Governo da Grécia.

Logo na ocasião, chegaram-nos rumores de que esses dois governos – entre eles o nosso, que é o que aqui importa – tinham sido ainda mais intransigentes do que os alemães, no que toca à renegociação das condições do chamado “resgate” imposto em seu tempo pela troyka à Grécia, representando a linha mais rígida, ou menos flexível, nessas negociações, não transigindo com nenhuma das modelações que o novo Governo da Grécia pretendia imprimir ao programa de “ajustamento” em vigor – querendo mantê-los na ordem, pagando o preço por terem, em eleições, escolhido um Governo “inapropriado”.

Os jornais anunciaram até que a nossa ministra das Finanças teria ido à Alemanha pedir ao ministro congénere que não cedesse um milímetro às pretensões gregas.

O ministro grego das Finanças, Yanis Varoufakis, na conferência de imprensa que anunciou os termos do acordo, quando confrontado com esses rumores, respondeu – de forma elegante – não querer comentar as posições de colegas seus no Eurogrupo, deixando assim implícita a confirmação dessa posição ibérica.

Por sua vez, os Governos de Portugal e Espanha logo desmentiram que assim fosse, acolhendo-se no argumento de que a versão final do acordo tinha merecido a unanimidade dos 18 países que, além da Grécia, integram o euro.

Mas ontem – escrevo a 1 de Março -, o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras veio confirmar essa versão da rigidez, agora sem a elegância do seu ministro das Finanças, acusando abertamente os Governos de Portugal e Espanha, a propósito das negociações em causa, de quererem derrubar o actual Governo grego.

2 – Como disse, não se pode afirmar – senão quem lá esteve - quem tem razão no conto que faz do episódio.

Mas isto é como as testemunhas num julgamento: quando, sobre o mesmo facto,



surgem nos depoimentos versões contraditórias, pelo menos uma dessas versões não é verdadeira.

Ora, se é neste clima de suspeições e acusações mútuas, entre parceiros, e entre parceiros pobres, que se vai alicerçar o futuro da União Europeia – o que é o mesmo que dizer o nosso futuro -, não iremos longe.

Nas sociedades comerciais, em regra, os votos correspondem ao capital, isto é, à força relativa de cada sócio no seio da sociedade.

Em consequência, quem tem maior quota manda mais do que quem a tem menor e quem tem posição predominante manda sem dar satisfações aos outros sócios.

É do conhecimento geral a pouca importância que tem os sócios minoritários na determinação das decisões das sociedades comerciais, bem como na distribuição dos resultados.

Os minoritários fazem, em via de regra, figura de corpo presente e só ganham alguma importância quando o seu voto é necessário para fazer maiorias – em que desempenham o papel de apêndices, ou peões, dos mais poderosos.

Ora, justamente, foi este modelo que foi rejeitado pelos pais fundadores da União Europeia, que, ao modelo de sociedade – em que cada um tem o poder correspondente e proporcional à sua força -, preferiu o modelo de associação – em que os votos são todos iguais, independentemente da força relativa de quem exerce o direito.

A nossa CNIS é um bom exemplo deste

segundo modelo: todas as Instituições valem o mesmo, nas assembleias gerais, tenham muitos associados ou poucos, desenvolvam várias respostas sociais ou nenhuma, paguem quotas altas ou baixas ...

A União Europeia foi desenhada segundo esse padrão: cada país, um voto; cada país, um veto.

Os países mais poderosos, nomeadamente a França e a Alemanha, prescindiam da exibição da sua força – que durante séculos destruiu, por várias vezes, em guerras sucessivas, o continente europeu -, em troca do progresso e do desenvolvimento que a paz e a cooperação proporcionavam.

Por sua vez, os países mais pequenos ou menos importantes sentavam-se à mesa com os grandes, tendo a ilusão de serem iguais a eles.

3 – Este modelo de construção europeia acabou.

Os últimos anos, nomeadamente aqueles em que foi Durão Barroso o Presidente da Comissão, traduziram a passagem da União do modelo de associação para o modelo de sociedade.

O papel dos pequenos países foi-se esbatendo, sobressaindo, como quase sempre, o predomínio dos grandes – sendo a Europa hoje comandada na realidade por um Directório, umas vezes franco-alemão, outras só alemão.

As visitas *ad limina* à chanceler alemã ou ao seu ministro das Finanças, a pagar o tributo simbólico da vassalagem, é um mero

sinal dessa nova configuração da antiga Comunidade Europeia.

Para os pequenos, o resultado dos Tratados que configuram na actualidade a União Europeia não merece a alegria vulgar do “porreiro, pá”, que lhe deram, em seu tempo, Sócrates e Durão Barroso.

É certo que a adesão à União implica a perda de algumas parcelas de soberania.

Mas o poder burocrático e a intendência de Bruxelas pretendem que a percamos toda, submetendo o poder soberano do povo aos regulamentos e às ambições dos donos actuais da Europa.

Os países pequenos têm de andar a toque de caixa, e quem toca a música são os outros.

Não ignoro que, entre as forças políticas que suportam o actual Governo de Atenas, haverá muita gente que não morre de amores pela democracia liberal sob a qual felizmente vivemos.

Mas o apoio que as sondagens conferem, na generalidade dos países da Europa, nem que seja só ao discurso, dos actuais dirigentes gregos, é a comprovação de que o processo de construção europeia se não fará à custa das Pátrias – nem à custa da democracia.

Esta é imprevisível nos seus resultados, é certo... como Jorge Coelho dizia dos independentes.

Mas a independência dos países ou dos povos está também nisso: em poder sair do alinhamento ou da formação ordenada, sem pedir licença aos tutores.

E em essa “rebelião” acordar algumas cordas que pensávamos adormecidas dentro do peito.

O filho pródigo dissipou a riqueza – mas o seu regresso é uma festa.

As pessoas tendem a gostar mais da alegria dos pródigos do que do ar bisonho dos bons alunos.

4 - (P.S.- Na última Quadratura do Círculo, Jorge Coelho anunciou que, se o PS for Governo a partir do Outono, lançará imediatamente uma medida. De qual se havia de lembrar? Um Programa de Emergência Social.

Não há nada de novo debaixo do sol.

Como escrevia o António Gedeão: “vem tudo nos compêndios”.)

CENTRO SOCIAL DE S. BRÁS DO SAMOUÇO

No coração do Samouço desde 1986

É uma instituição pequena, vive um problema enorme e esteve na iminência de fechar portas, sendo certo que nada ainda está garantido.

Quando em outubro de 2013 toma consciência de que o edifício-sede do Centro Social de S. Brás do Samouço (CENSA), a única IPSS da freguesia, estava à venda em hasta pública por dívidas fiscais, a população do Samouço, concelho de Alcochete, arregimentou-se sem, no entanto, conseguir impedir que a mesma fosse vendida.

“Tomava-se claro aquilo que já se sentia não estar bem nesta instituição”, afirma Paulo Machado, atual presidente da Direção e líder do movimento que deitou mão ao problema.

A história podia ser a de qualquer outra IPSS deste País e é simples, mas tem contornos inexplicáveis.

“Até fevereiro de 2014 aconteceram uma série de reuniões entre a Segurança Social, a Câmara Municipal de Alcochete e a própria Direção para encontrar uma solução que permitisse ao CENSA continuar a funcionar. No entanto, a Direção nunca deu garantias de cumprir qualquer um dos planos de pagamento que, pelos vistos, já tinham sido feitos desde 2009. Em fevereiro de 2014, a Segurança Social determina o encerramento da instituição, com a transferência dos utentes das várias respostas sociais para outras instituições locais”.

Paulo Machado contextualiza a ordem de fecho por parte da Segurança Social, algo que o movimento popular conseguiu travar... para já. Porém, inconformada, a comunidade organizou-se para impedir que tal acontecesse.

“Em fevereiro há um movimento popular, que se organiza com utentes, associados e outras pessoas da comunidade da qual faço parte, e apresenta a proposta de se constituir uma Comissão Administrativa Transitória, demitir os órgãos sociais e realizar uma Assembleia Geral que pudesse analisar a situação do CENSA para avaliar se havia condições ou não para manter a instituição a funcionar”.

A Comissão, com Paulo Machado à cabeça, é eleita a 12 de março e assume funções por seis meses. A esta altura, este grupo de pessoas estava longe de imaginar o que iria encontrar.

“Em março apercebemos logo de um problema crucial de dívidas prolongadas de ordenados e de subsídios aos trabalhadores, além das dívidas identificadas ao Fisco que levou à penhora do edifício e ainda a várias penhoras de contas bancárias e, sobretudo, uma dívida identificada à Segurança Social”,

refere o presidente da atual Direção eleita em outubro de 2014, prosseguindo: “Não tínhamos a noção sequer de valores nem das dívidas a outros fornecedores, mas sabíamos que as havia aos mais diversos fornecedores da instituição. A primeira tarefa foi avaliar o montante das dívidas, assegurando o funcionamento da instituição, o que foi difícil, porque queríamos arrumar a casa, mas mantendo-a em funcionamento. Foi uma tarefa árdua, porque tivemos que dar garantias aos utentes de que a instituição não ia voltar a fechar”.

Com ordenados em atraso aos trabalhadores desde 2009, no valor de 80 mil euros, a instituição havia acumulado um total de dívidas da ordem do meio milhão de euros: 329 mil à Segurança Social, 60 mil ao Fisco (o abatimento da venda da sede reduziu-a para 16 mil) e cerca de 30 mil a fornecedores.

Face ao acumular de suspeição, a Comissão Transitória quis “garantir condições organizacionais para que a instituição continuasse a funcionar, e desde logo que os trabalhadores não iam embora”.

A esta altura colocou-se a questão de como é que um passivo de 29 mil euros em 2009 redonda em dívidas da ordem dos 500 mil euros em 2014, sem ninguém dar por nada.

“Há, de forma grosseira, um conjunto de incumprimentos que a anterior Direção fez. Desde logo, o facto de, desde 2009, não apresentar contas. A questão é que, sendo isto uma associação, cuja condição de financiamento pelo Estado é a apresentação dessas contas, como é que tal sucedeu ao longo de anos?”, questiona Paulo Machado, para a qual não tem resposta: “Pois eu não sei explicar! E, espantosamente, acho que nem a Segurança Social consegue explicar”.

Na prática, e apesar de alguns tímidos alertas, a Segurança Social pactuou com uma situação ilegal, como é o facto de a Direção não apresentar contas durante tantos anos.

“O que sabemos é que a Segurança Social foi alertando para a situação e usando alguns mecanismos ao seu dispor, como a cativação de parte das transferências dos Acordos, que quando entrámos em funções era de 25%. O que a Segurança Social nos foi dizendo é que procurou sempre não impedir o funcionamento da instituição e daí foi procurando negociar com a anterior da Direção a reposição da legalidade”, conta Paulo Machado, que aponta ainda outros fatores que criaram “uma espécie de nevoeiro” sobre a situação, como as mudanças no Centro Distrital da Segurança Social, na governança do País e de sistema informático,



entre outras, que permitiu o acumular da dívida.

Mas Paulo Machado não se coíbe de responsabilizar o Estado pela situação

a que o CENSA chegou: “Dissemo-lo à Segurança Social para que percebesse que houve aqui, se não uma distração grosseira, alguma incúria por parte dos seus serviços,



que deviam ter logo obstado a esta situação logo em 2009 ou 2010”.

A situação deficitária em termos de utentes desde o arranque das valências em 2003 é um fator que há muito iniciou uma espécie de bola de neve de défice contabilístico, pois a partir de 2005 foi necessário começar a devolver dinheiro dos Acordos de Cooperação não efetivados, uma vez que estes são pagos por cabeça.

“Isto foi a primeira machadada na instituição. Houve uns planos de pagamento que foram sendo cumpridos, mas a partir de 2009, a Direção, sem qualquer estratégia deste negócio social e sem preocupação pelas questões da gestão e da coisa pública, desregula-se completamente, perde o fio à meada e começa a acumular dívidas, sem qualquer plano para parar esta situação”, explica, recordando ainda: “Ainda antes de 2009, quando a Direção toma a decisão de abrir a resposta de berçário-creche fê-lo na convicção de que haveria acordos de cooperação, só que estes demoraram cerca de um ano e a resposta foi funcionando como se eles estivessem assinados. Depois da creche, a Direção decidiu abrir uma reposta de pré-escolar, que era ilegal, mas que funcionava para as famílias como se fosse coberta pela tutela. Foi preciso contratar pessoal, arrendar duas salas fora do edifício-sede e tudo isto acumulou dívidas brutais”.

Para Paulo Machado é claro que houve “má gestão, falta de transparência, tomada de decisões equivocadas, falta de estratégia e, sobretudo, isolamento” de uma Direção que funcionava de forma quase unipessoal e que resultou num “total descalabro financeiro, sem qualquer registo, ou seja, sem ser possível apurar o passivo”.

Empenhados em reverter a situação, os novos responsáveis pelo CENSA deparam-se com obstáculos duros de ultrapassar e, de certa forma, difíceis de compreender.

“Quando entrámos aqui sentimos o que sentem muitas instituições, a de que há vários olhares no interior da Segurança Social. Há o olhar benemérito, disponível e social, que é o do Instituto da Segurança Social

(ISS) e dos Centros Distritais, que são nossos parceiros, mas há também o olhar completamente financeiro do Instituto de Gestão Financeira (IGF)”, constata, contando: “Foi possível convencer o IGF de que podia trabalhar connosco, conseguimos chegar a um plano prestacional, mas que é completamente trucidante. Mensalmente, além das contribuições que temos, pagamos ainda oito mil euros para abater o passivo. Não há nenhuma disponibilidade do IGF para acolher de forma distinta o problema social desta instituição ou de outra”.

Lamentando a falta de solidariedade entre instituições, Paulo Machado recorda que a abordagem dos novos dirigentes foi no sentido de reduzir a despesa com pessoal, acabando por não ser necessário despedir ninguém, e investir na criação de uma “cultura de participação local, mostrando que este é um problema da comunidade”.

Fundamental era, e ainda é, afastar “a ideia generalizada de que isto não tem solução”. Tornar a instituição “visível” para a comunidade, criando uma nova imagem e “que apelasse de alguma forma àquilo que sentimos que era preciso ter, ou seja, um coração solidário da população para com o CENSA”.

Assim, nasceu um novo logótipo com um coração e a frase «No coração do Samouco desde 1986», ano da fundação da instituição, e a colocação de cartazes por toda a freguesia, onde apenas se lia: «Juntos somos mais felizes».

Foram ainda realizadas algumas ações para requalificar as instalações e para angariação de fundos, através do voluntariado de algumas empresas, que uma penhora de contas bancárias pelo IGF quase deixava a perder.

De todas as movimentações da Direção para resolver a situação, Paulo Machado tira uma conclusão: “Temos uma rede social montada, mas que não é solidária para as próprias instituições, porque elas não se apoiam umas às outras financeiramente”.

E apesar de o futuro se afigurar difícil, os novos responsáveis estão apostados em vencê-lo e em manter a instituição a



funcionar.

“Se conseguíssemos pôr a dívida a zeros, conseguíamos dar a volta rapidamente, o pior é que temos um passivo de meio milhão de euros, o que é muito pesado para um orçamento mensal de 19 mil euros”, refere, avançando algumas medidas já tomadas para procurar dar alguma sustentabilidade às contas do CENSA.

Pôr os recursos da instituição ao serviço da comunidade, obtendo algum retorno, é o objetivo da lavandaria social e do restaurante social que dentro em breve entrarão em funcionamento.

Mas apesar de tudo, muito do futuro do CENSA define-se em abril e prende-se com a candidatura ao Fundo de Socorro Social.

“O Fundo de Socorro deve apoiar a instituição, independentemente, dos 500 mil euros de passivo. Mensalmente a instituição tem prejuízo, porque as duas fontes de financiamento não cobrem as despesas. As participações dos Acordos mantêm-se, o custo do trabalho aumentou, as obrigações com a Segurança Social aumentaram e o dinheiro dos pais reduziu”, sublinha Paulo Machado, questionando: “Este modelo das IPSS mantém-se ou está esgotado e temos que pensar outro?”.

Por isso, para Paulo Machado algo é

claro: “Chegados aqui, e sendo a Segurança Social conhecedora da situação há quatro, cinco anos, quando herdamos todo este passado torna-se impensável que isto possa ser feito sem haver injeção de capital. Tem que haver!”.

E se a venda do edifício-sede foi o que alertou a população, a recuperação da posse do mesmo é a batalha do momento.

Vendida por 50 mil euros a um agente imobiliário, a Direção do CENSA já fez uma proposta de compra por 60 mil euros que não foi aceite.

“Temos vindo a apelar à sensibilidade e bom senso para que o atual proprietário perceba que nem todos os negócios têm que ser de especulação imobiliária”, revela Paulo Machado, avisando: “A seguir teremos uma resposta mais musculada, ou seja, não saímos daqui”.

Em cima da mesa, por parte do agente imobiliário, está uma proposta de venda do edifício por 300 mil euros ou uma renda mensal de 2.500 euros, o que é inaceitável para o dirigente.

“Lucro de 500%? O estatuto de utilidade pública tem que prevalecer sobre o mau-senso”, remata.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



ESTUDO

Menos proteção social mais ação social

A proteção social tem vindo a ser reduzida nos últimos tempos por efeito da austeridade, mas as medidas de ação social têm sido reforçadas, refere um estudo divulgado pelo Observatório sobre Crises e Alternativas.

O Observatório do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra publicou o seu terceiro caderno, intitulado "Proteção social, terceiro setor e equipamentos sociais: Que modelo para Portugal?", da autoria da investigadora Cláudia Joaquim.

Segundo a análise, "as políticas sociais mais recentes tiveram um forte pendor" de austeridade, "o que se traduziu numa diminuição da proteção social, nomeadamente nas componentes de

solidariedade e proteção familiar".

"Ao contrário do que seria expectável num período de aumento de desemprego e de diminuição dos rendimentos líquidos das famílias, as prestações sociais de combate à pobreza mais severa foram sujeitas a alterações legislativas para que o seu acesso fosse mais restrito, tendo como consequência a diminuição dos seus beneficiários, a redução ou o congelamento do valor das prestações e o agravamento do risco de pobreza em Portugal", refere Cláudia Joaquim.

A investigadora considera que aconteceu o contrário na área da ação social, devido às opções políticas tomadas pelo Governo.

"A par destes resultados, assistiu-se a um fenómeno contrário nas medidas

de Ação Social: houve claramente uma aposta nesta área, com uma evidente canalização de recursos públicos das prestações sociais de combate à pobreza para medidas com um forte pendor caritativo", salienta.

Segundo a investigadora, no contexto de austeridade "assistiu-se ao reforço da dotação financeira com os acordos de cooperação na Segurança Social, a uma aposta na resposta social "Cantina Social", até então marginal, e a uma intenção de remeter para as instituições do terceiro setor o desenvolvimento de competências assumidas até agora, e em regra, pelo Estado".

De acordo com o estudo, mesmo após o fim do Programa de Ajustamento

Económico Financeiro, as medidas em matéria de proteção social mantêm a mesma tendência, com uma diminuição dos beneficiários das prestações de combate à pobreza, por não se assistir a uma reformulação das regras de acesso, e o surgimento de novas medidas no âmbito da Ação Social.

"Neste contexto, pretende-se com este trabalho, mais do que apontar soluções ou apresentar propostas concretas, deixar dúvidas e levantar questões para promover um debate que urge ser feito na sociedade, de forma aberta e sem preconceitos", diz Cláudia Joaquim, defendendo a necessidade de serem "sinalizadas soluções que respondam aos problemas identificados".



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



JUNTO DAS:

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
TLM: [+351] 939 729 729
FAX: [+351] 253 408 328
EMAIL: TSR@TSR.PT

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA *

MÓDULO DE PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA, MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

* PROGRAMA CERTIFICADO PELA ACS

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, FISIOTERAPIA, IMAGIOLOGIA, ETC.

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS (UCC / RNCCI)

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

TSR - STOCKS

POR ECONOMATOS, COZINHAS IPSS.

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA

TSR - UTENTES, TSR - BANCOS, TSR - ASSOCIADOS, TSR - RENDAS, TSR - CAIXAS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES.

TSR - QUALIDADE

TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE, APOIO NA VIDA QUOTIDIANA, MOD. REGISTO PRESENÇAS TABLETS

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

NOVO TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES



WWW.TSR.PT

GRÁTIS

DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS
NAS INSTALAÇÕES DO CLIENTE
SEM COMPROMISSO



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES



ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNET



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!



José Figueiredo
Economista

Sobre a desigualdade

John Maynard Keynes, o maior dos economistas, defendeu que o progresso das ciências e da tecnologia haveriam de fazer obsoletos os horários e os hábitos de trabalho do seu tempo (primeira metade do século XX). Previa que, num futuro não muito distante, não fosse necessário trabalhar mais que 3 ou 4 horas por dia.

Cerca de meio século antes de Keynes, um outro economista formulava uma utopia ainda mais radical – uma sociedade de abundância e igualitária que veria a transformação do trabalho enquanto necessidade em exercício de liberdade.

Fossem estes sonhos utópicos minimamente realistas e não estariam a ler este jornal – também ele seria obsoleto. Que falta fariam, nesse paraíso terreal, as Instituições de Solidariedade Social?

A realidade é bem diversa. Infelizmente nunca como agora as IPSS foram tão necessárias. Também todos sabemos como as experiências históricas das utopias igualitárias acabaram sempre em distopias terríveis.

A experiência Estalinista na URSS, o regime dos Khmer vermelhos no Camboja, ou, nos nossos dias, o “socialismo real” da Coreia do Norte, deveriam ser suficientes para nos manter em guarda quando a ilusões utópicas de igualitarismo.

A razão porque todas as experiências utópicas e igualitárias falham é a mesma: **a igualdade absoluta é contra a natureza humana – nós, seres humanos, não somos assim!**

O processo que, ao longo de milhões de anos, nos trouxe ao que somos hoje, não nos programou como seres geneticamente generosos e solidários, pelo contrário, fez de nós seres competitivos, predispostos a lutar por recursos escassos.

Fossemos nós geneticamente generosos e solidários e não teria sido necessário o Filho de Deus viver entre nós e deixarnos (sabemos a que custo!) a mais bela de todas as narrativas.

Assumindo que toda a sociedade humana livre é, necessariamente, desigual, a questão não está, portanto, em saber se devemos ou não tolerar a desigualdade mas **até onde** devemos tolerá-la.

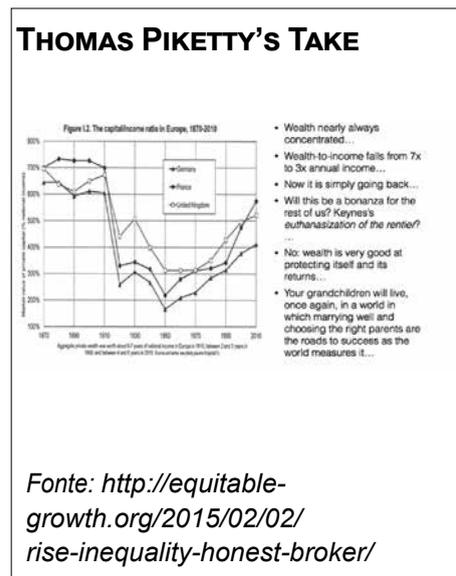
Não faria sentido colocar a questão

nestes termos se a desigualdade fosse uma questão objectiva, independente e para lá da nossa vontade. Sem dúvida que, em parte, os níveis de desigualdade se devem a forças exógenas que não controlamos, ou não controlamos totalmente (tecnologia, por exemplo), contudo, o carácter mais ou menos igualitário das sociedades em que vivemos também depende de opções colectivas sobre políticas públicas, **depende de nós**.

Antes de mais: como medir a desigualdade?

Como sempre podemos usar a perspectiva dos stocks ou o ponto de vista dos fluxos. Se pensarmos em stocks a medida relevante é a riqueza acumulada (as fortunas, se quisermos) e a forma como ela se distribui, se pensarmos em fluxos a medida relevante é a nova riqueza criada durante um período de tempo, o fluxo dos rendimentos e a forma como se distribui.

A razão entre riqueza e rendimento tem evoluído como segue no último século.

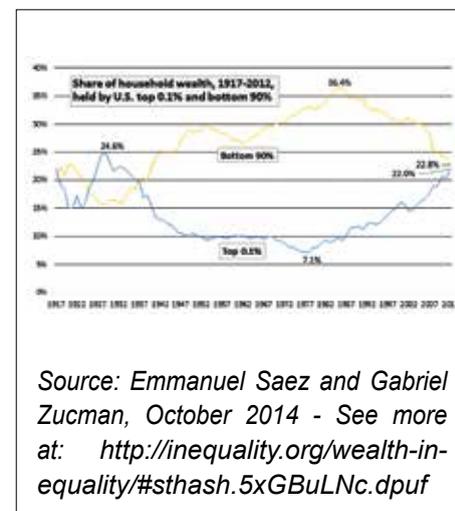


Nas sociedades onde podemos seguir o rasto do ratio riqueza/rendimento em períodos muito longos (UK, Alemanha e França), como se pode ver o ratio riqueza/rendimento andava pelos 500% no início do século XX, desceu significativamente desde a primeira guerra mundial e só voltou a subir por volta dos anos 70. Desde então não tem parado de crescer e, actualmente,

estará não muito longe dos valores pre-valetentes no início do século XX, antes da primeira guerra mundial.

Quando o ratio riqueza/rendimento aumenta, em princípio, aumenta também a parte do rendimento nacional que é devido aos factores ligados à riqueza.

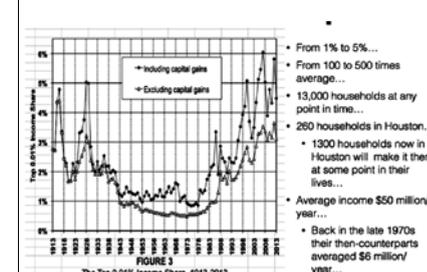
Isso não seria um problema maior se a riqueza estivesse distribuída de uma forma mais ou menos equilibrada entre a população. Só que não é assim. Se utilizarmos a distribuição da riqueza nos Estados Unidos (um dos países para os quais temos dados fiáveis em períodos longos) vemos como a concentração de riqueza tem aumentado de forma assustadora nas últimas décadas.



Há cem anos atrás 0,1% da população mais rica detinha tanta riqueza como os 90% mais pobres, mais ou menos um quarto da riqueza total em cada grupo populacional. No início dos anos 70, o quinhão dos 90% “de baixo” valia 4 vezes a quota dos 0,1% do topo. Em apenas 30 anos os níveis de desigualdade voltaram ao que eram no início do século XX e a tendência é para que as coisas se agravem nos próximos anos.

Quando olhamos para a distribuição do rendimento nos Estados Unidos (mais uma vez um dos poucos sítios onde podemos seguir-lhe o rasto em períodos longos) verificamos que, desde os anos 70/80 as coisas se deterioraram significativamente.

AND LOOK AT THE TOP 0.01%



Fonte: <http://equitable-growth.org/2015/02/02/rise-inequality-honest-broker/>

Em parte isso deve-se à concentração da riqueza. Quando olhamos para distribuição do rendimento **incluindo ganhos de capital (linha escura)** verificamos que os 0,1% do topo recebem cerca de 5% do total, ou seja, bem mais do que acontecia antes da primeira guerra mundial. Há apenas meio século essa quota era de 1% - multiplicou por 5 em 50 anos.

Contudo não é apenas a concentração da riqueza que explica a cada vez maior desigualdade na distribuição do rendimento.

A linha mais clara mostra a evolução do rendimento **excluindo os ganhos de capital**. Como podemos ver, também aí, a quota do rendimento que é atribuída aos 0,1% mais afortunados vale hoje cerca de 3%, mais ou menos o mesmo que em 1913. No final dos anos 60 essa quota era pouco mais de 0,5%, isto é, também multiplicou por 5.

Não há nisto nenhum mistério. É que, ao longo deste meio século, também a distribuição dos rendimentos do trabalho se desequilibrou imenso.

O que nos trouxe aqui? Porque são as sociedades modernas tão desiguais?

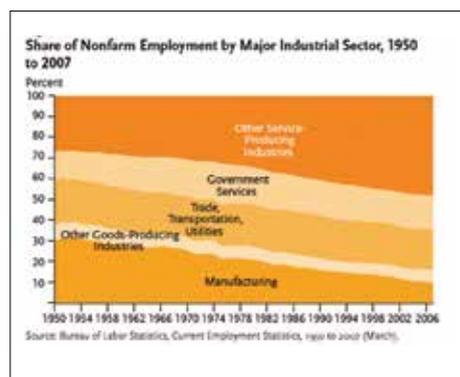
Uma primeira explicação, muito simples, é acreditar que somos hoje mais gananciosos do que os nossos avós, os construtores das sociedades mais igualitárias de que há memória. Francamente não acredito. Não acredito que a natureza humana mude tanto em tão pouco tempo. Admito que hoje há gananciosos

como sempre houve, nem mais, nem menos!

Aliás, provavelmente, não existe uma explicação simples e única. Na verdade, ainda sabemos muito pouco sobre o tema. O que segue é apenas uma lista tentativa de explicações parciais. A maior parte dos dados estatísticos que se seguem referem-se aos Estados Unidos por uma razão muito simples – é o país onde podemos facilmente encontrar séries estatísticas seguras e longas.

GLOBALIZAÇÃO

A globalização permitiu que muitas actividades industriais emigrassem dos países desenvolvidos para os países emergentes. Como se pode ver no gráfico seguinte o sector industrial, que em 1950 ainda representava 30% do total do emprego nos Estados Unidos, em 2007 valia pouco mais de 10%.



Com as fábricas emigraram os empregos industriais que foram durante décadas a espinha dorsal da classe média e ficaram apenas os “extremos”. Ficaram os empregos altamente qualificados em actividades de ponta e não “exportáveis” (design, serviços financeiros, investigação farmacêutica, moda, etc.) e ficaram os sectores de serviços “não transaccionáveis” (restaurantes, distribuição, serviços de limpeza, cuidados de saúde, etc.), onde, em geral, o emprego é pouco qualificado e mal pago.

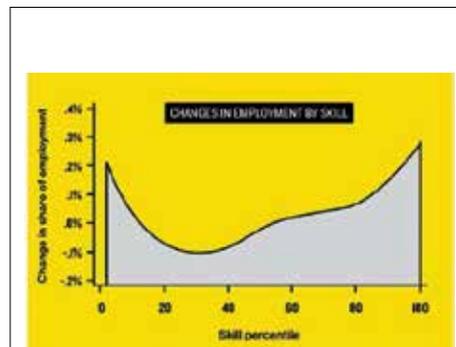
TECNOLOGIA

As alterações tecnológicas, particularmente ao nível das tecnologias de informação, eliminaram muitos empregos de classe média. Muitas das tarefas administrativas que geravam empregos de classe média simplesmente desapareceram substituídas por máquinas. Quem não se lembra dos técnicos mecanógrafos? Ou das dactilógrafas que processadores de texto tornaram irrelevantes? Ou dos caixas dos bancos substituídos por ATM?

Este processo pode estar apenas no início. Um estudo recente da Universidade de Oxford mostra como cerca de metade das actuais profissões

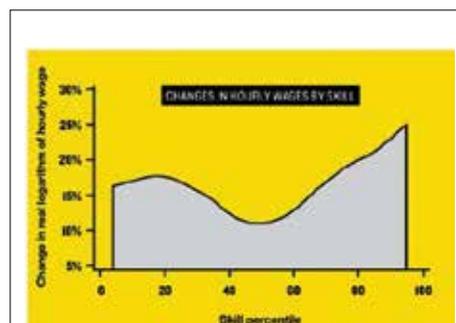
poderá ser automatizada dentro de pouco tempo.

Seja como for a tecnologia e a globalização estão a fazer “desaparecer o meio” e engordar as “pontas”, seja em matéria de volume de emprego:



Fonte: <http://www.technologyreview.com/featuredstory/515926/how-technology-is-destroying-jobs/>

Seja em matéria de remunerações:

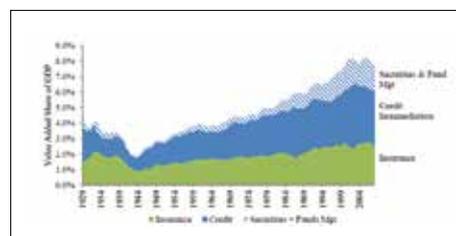


Fonte: <http://www.technologyreview.com/featuredstory/515926/how-technology-is-destroying-jobs/>

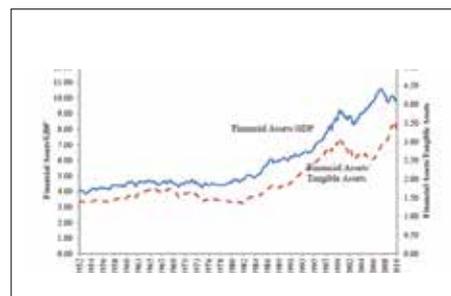
FINANCIALIZAÇÃO

Qualquer que seja o critério de medida, o peso do sector financeiro não pára de crescer.

Nos Estados Unidos a contribuição do sector financeiro para o PIB era de +/- 4% por volta de 1930. Actualmente deve andar pelo dobro, um pouco acima de 8%.



Se preferirmos comparar o ratio



entre os activos financeiros totais e o PIB verificamos que também ele mais que duplicou desde o início dos anos 50.

Os economistas convenceram-se (e tentaram convencer os outros) que isto era uma coisa boa.

A crise de 2008 deixou claro que não era, não podia ser uma coisa simplesmente boa. Agora há quem diga que é de facto uma coisa boa, contudo, demasiado de uma coisa boa é, pode ser, uma coisa má. Há sempre argumentos!

Para o que aqui nos interessa o ponto é que o crescimento explosivo do sector financeiro ajudou à desigualdade – de facto, no sector financeiro estão alguns dos paychecks mais altos. Não se pense que estamos aqui a falar só de bancos – convém não esquecer o que gravita à volta dos bancos: sociedades de advogados, asset managers, consultores, marketeers, etc.

O SUPER GESTOR – UM FENÓMENO (SOBRETUDO) ANGLO-SAXÓNICO.

No tempo de Milton Friedman, o grande economista liberal, a escola de Chicago tinha alguma dificuldade em fundamentar na teoria económica os salários dos CEO das grandes companhias cotadas em bolsa. Por essa altura não era impossível o pay-check do CEO valer 40/50 salários médios da companhia.

Hoje, passadas algumas décadas, é vulgar o CEO ganhar 350 ou 400 salários médios da companhia, ou seja, ganhar num mês o que um trabalhador médio ganha durante toda a vida.

Pay-check com 8 dígitos começam a ser comuns nas grandes cotadas. É certo que se trata de um fenómeno sobretudo anglo-saxónico. Contudo, mesmo na vetusta e austera Alemanha, encontram-se salários de dezenas de milhões de euros por ano.

O VALOR DA IMAGEM

Eusébio foi um grande jogador. Cristiano Ronaldo também é um jogador genial, seguramente um dos melhores do mundo.

Mas talvez as semelhanças acabem aqui. Se pensarmos no que Eusébio ganhou com a sua carreira e no que

Cristiano Ronaldo factura hoje em dia, vemos que os separa um mundo de distância, o mesmo abismo que separa Stanley Mattews e David Beckham ou mesmo Messi e Maradona.

Vivemos num mundo em que a possibilidade de multiplicar uma imagem e o seu valor comercial são quase infinitos. E isso ajuda a criar fortunas no desporto, no cinema, na moda, etc. Mais uma vez não esquecer o que gravita em volta: empresários, fundos, consultores, advogados da moda, etc.

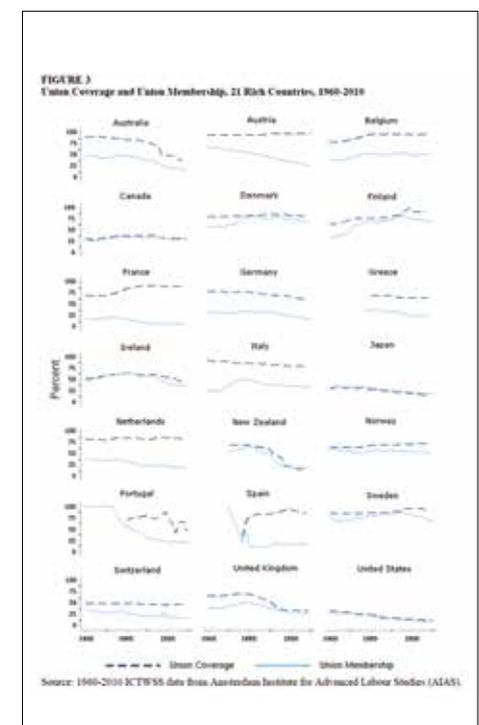
OS SINDICATOS JÁ NÃO SÃO O QUE ERAM

As taxas de sindicalização estão a cair um pouco por todo o lado. Os trabalhadores têm hoje muito menos força negocial do que acontecia há apenas um par de décadas.

Poderíamos aumentar a lista. Por exemplo, as mudanças políticas e ideológicas que marcaram o início dos anos 80 terão sido decisivas, o poder dos media (e o poder do dinheiro que os controla) também terá o seu papel, a extrema valorização da terra urbana seguramente tem culpas no cartório. Contudo, talvez esse não seja o exercício mais importante. Seriam apenas mais umas quantas explicações parciais e tentativas.

Creio que realmente importantes são duas questões: a)- porque toleramos, em sociedades democráticas, níveis de desigualdade tão elevados? ; b)- Como sair disto, como fazer o mundo um pouco mais justo?

Ficam para outro dia.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt



Uma em cada quatro mulheres está desempregada ou subocupada

Uma em cada quatro mulheres em Portugal está desempregada ou subocupada e as que trabalham ganham, em média, menos 17,5% que os homens com quem trabalham, diz a CGTP numa análise com base em dados do INE.

De acordo com um estudo que a Intersindical fez para assinalar a Semana para a Igualdade, o desemprego e a subocupação atingem cerca de 688 mil mulheres.

“Este número corresponde a uma taxa real de desemprego e subocupação de 25,3%”, diz a análise a que a agência Lusa teve acesso.

Os últimos dados do INE (Inquérito ao Emprego - 4º trimestre de 2014), referem que o número de trabalhadoras desempregadas era de 364,5 milhares em 2014, correspondendo a uma taxa de desemprego de 14,3% (13,5% entre os homens).

O desemprego aumentou 26,6 milhares face a 2011, segundo os dados oficiais.

Para chegar ao total de 688 mulheres desempregadas e subocupadas, a Inter teve em conta as mulheres que estão desencorajadas, as sub-empregadas e as inativas.

“São mais 89 milhares que em 2011 devido ao aumento do desencorajamento em 54,6 milhares e do subemprego em 12,6 milhares”, refere o mesmo documento.

A mesma taxa foi de 20,8% em 2014 no caso dos homens, o que significa que o desencorajamento e a subocupação é mais grave entre as mulheres do que entre os homens.

Segundo a CGTP, há também “muitos milhares de desempregadas abrangidas por contratos emprego-inserção (CEI) e estágios promovidos pelo IEF, que o INE conta como empregadas”.

“Desde que este Governo tomou posse, em 2011, o emprego caiu 73 milhares entre as mulheres, mantendo-se a precariedade num nível muito elevado (21%, embora esta percentagem fique muito aquém da realidade por excluir a maioria do falso trabalho independente)”, afirma a central sindical.

Para a Inter, “a situação é ainda mais gritante” entra as mulheres mais jovens, dado que 39% das jovens até aos 35 anos têm contratos não permanentes, percentagem que sobe para os 63% no caso das jovens trabalhadoras com menos de 25 anos.

O estudo salienta ainda que as mulheres trabalhadoras ganham, em média, menos 17,5% que os seus colegas de trabalho, apesar de terem habilitações mais elevadas.

As mulheres são também a maioria dos trabalhadores a receber o salário mínimo nacional, pois 17,5% das mulheres trabalhadoras ganham a remuneração mínima face a 9,4% dos homens.

Por ganharem menos, as mulheres acabam por ser depois as que mais recebem o complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, pensões de velhice e de sobrevivência.

Os jovens e as mulheres são os mais afetados pela falta de cobertura das

prestações de desemprego, porque “são também as maiores vítimas da precariedade e do desemprego, que não lhes permite cumprir os períodos de garantia para acesso às prestações”.

“É sintomático que 70% das mulheres desempregadas e 85% dos jovens com menos de 35 anos não tenha acesso a subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego”, salienta central sindical.

A Semana da Igualdade decorre até domingo (Dia da Mulher) com iniciativas nos locais de trabalho e na rua, por todo o país, que contarão com a participação dos sindicatos da CGTP e das mulheres trabalhadoras dos vários setores de atividade.

Segundo Fátima Messias, dirigente da Inter que coordena a respetiva Comissão para a Igualdade, a Semana da Igualdade tem como objetivos a defesa de “emprego seguro e com direitos, aumento geral dos salários, salário igual para trabalho igual ou de igual valor e proteção social para todas as mulheres e homens desempregados”.

As 35 horas de trabalho semanal, para todos/as, sem redução salarial, a reposição da universalidade do abono de família e a contratação coletiva como fonte de direitos e progresso social, são, de acordo com a sindicalista, outras das reivindicações em causa.

Foto: D.R.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt



Miele
PROFESSIONAL